



008ª CECE 02ABR2024

Pauta: Escolas de Educação Inclusiva para Vida – desafios e avanços; e as Salas de Inclusão e Recursos – SIR, nas Escolas de Porto Alegre.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h12min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE. Agradeço já a presença de todos aqui. Temos um tema muito importante, principalmente hoje, dia 2 de abril, Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Então, estaremos debatendo hoje, principalmente dentro das escolas, sobre a educação inclusiva para a vida, desafios e avanços. Quero aqui fazer a saudação ao meu colega Ver. Alex Fraga, também professor; ao meu colega Ver. Hamilton Sossmeier; e a mim, Ver. Conselheiro Marcelo, presidente desta comissão. Ano passado eu tive a honra de ter sido o presidente da CEDECONDH, onde trouxemos esse tema tão importante, tão debatido nesta Casa, com reuniões relevantes. Com certeza, saímos daqui com uma gratidão de saber que necessitamos muito desse olhar diferente para que nós tenhamos uma inclusão com respeito, com dignidade. Eu fui conselheiro tutelar por 20 anos e eu sei o que são todas as dificuldades que a mães, os pais responsáveis passavam – passam, não deixam de passar. Ontem ainda estava conversando

com a Isabel, mãe atípica também, nossa convidada hoje aqui, que a criança, o adolescente, o adulto não deixa de ser autista, vai ser autista para a vida toda. Então, é um direito permanente, um direito que nós temos que estar sempre lembrando, sempre cobrando para que a gente consiga, de fato, fazer valer. Porque o estatuto, as leis são lindas, são maravilhosas, mas, infelizmente, elas ainda não funcionam em muitos setores, em muitas escolas, em muitas secretarias se não formos nós aqui, enquanto legisladores, que temos esse papel de estar fiscalizando, principalmente as entidades.

Já estão presentes à mesa o prof. Claudio Franz, secretário adjunto; a Sra. Izabel, diretora pedagógica; quero chamar aqui a Dra. Andreia, defensora pública, também uma parceirona, que, quando fui conselheiro tutelar, já era nossa parceira do conselho, continua sendo – seja bem-vinda, doutora; a Sra. Isis Caldeira, psicóloga, representando a Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social – Abess, Incluir+POA; a Sra. Cíntia Costa, também representando a Secretaria Municipal de Saúde, coordenadora de políticas públicas; também gostaria de chamar a Sra. Isabel, mãe atípica do Lorenzo, representando aqui o CPIA. Então estamos muito felizes em estar, nesta tarde, debatendo esse tema tão importante, e acredito que todos os vereadores também aqui presentes já trabalhem com esse tema na sua história, principalmente o Ver. Prof. Alex, que é professor e que sabe da realidade que as escolas enfrentam, principalmente quando se tem esse tema da inclusão. Podemos começar pela educação? Então, por favor. Só peço aos senhores que, na hora da fala, digam seu nome e a entidade que estão representando para que possa ficar sempre gravado nas notas taquigráficas para depois até possivelmente vocês terem acesso às atas, até para poderem compartilhar. Lembrando também que estamos pela rede Youtube, TVCâmara, está sendo transmitido ao vivo, então vai ficar gravado, depois o pessoal que quiser compartilhar, quiser assistir, vai ficar gravado aqui pela TVCâmara.

Então prof. Claudio Franzen, o senhor tem a palavra para tratar desse tema, que é um tema muito confortável para o senhor que trabalha já nessa área principalmente da inclusão, então o senhor tem a palavra.

SR. CLAUDIO FRANZEN: Presidente Marcelo, boa tarde, Ver. Prof. Alex Fraga, boa tarde, Ver. Sossmeier, integrantes da mesa, é um prazer estar aqui na Câmara novamente; eu estou nesse momento me despedindo também, Ver. Marcelo, porque o meu prazo de secretário adjunto encerra-se daqui a dois dias. Eu fiquei um ano e dois meses de adjunto na SMED e acredito que aprendi mais do que fiz. Eu acho que a gente na vida tem que aprender mais do que fazer, é por aí. Eu sou professor de educação física, visitei a rede, acho que quase todas as escolas, eu acho que, dentro do meu mandato, priorizei isso, visitar a ponta. Geralmente a gente fica no gabinete, a notícia chega lá de longe, e nós invertemos o papel. Nós fomos às escolas, visitamos as escolas, ouvimos o sofrimento, vimos a demanda e tentamos que a mantenedora pudesse suprir as necessidades, os problemas, que a gente sabe que não são fáceis e não são de uma hora para outra que serão supridos. Quero cumprimentar aqui a defensora pública, as nossas colegas da saúde, a mãe do Lorenzo, e dizer que nós trabalhamos integrados, Ver. Fraga. Eu acho que o Legislativo, o Executivo e a parte judiciária eles se dão as mãos nesse momento. Todos nós temos visto o crescimento do autismo, o crescimento no número de crianças atípicas e o quanto a gente precisa trabalhar com isso e achar espaços para que essas crianças possam ser integradas. A rede tem um número “x”, e ela vai ter que comportar três “x”, é um desafio muito grande para todos nós, para os vereadores, para o Executivo e para sociedade em geral. Então, como SMED, a gente tem trabalhado muito, eu trouxe aqui minha colega Izabel, que é a minha diretora pedagógica, que é da rede há mais de 30 anos; saudando a Izabel, também saúdo as minhas colegas, todas da rede, para que a gente possa contribuir e achar mais caminhos. Então, deixo aqui a minha participação.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, professor. É sempre bom a gente poder escutar também a rede, nós, que estamos no dia a dia, sabemos das dificuldades, porque as dificuldades chegam até os nossos gabinetes diariamente. Principalmente uma das questões que se diz, a inclusão

é linda, é maravilhosa, mas, muitas vezes, na prática, ela acaba sendo muito difícil. Não difícil até porque... Acreditamos que as pessoas ainda não entenderam essas mudanças diárias e principalmente... Ontem eu estava conversando com uma mãe, antigamente era dar Ritalina e era hiperatividade, tudo era hiperatividade; hoje não, hoje nós temos esse entendimento. E acredito plenamente que esse número pode ser muito maior por causa da falta do diagnóstico que, infelizmente, é uma barreira muito grande, porque no momento que as mães... Eu digo isso por vivência, por viver muito isso de acompanhar as mães desde o início do processo até... principalmente quando se vai para o atendimento médico, para marcar e aí, muitas vezes, demora dois anos para ser atendido, para começar a fazer ali... A Dra. Andrea sabe muito bem que muitas vezes, a maioria das vezes, a defensoria pública é acionada para poder garantir esse direito. Eu sempre dizia, vereadores, que o Conselho Tutelar não deveria existir, porque o Conselho Tutelar só existe porque existe direito violado, o que é uma inversão. Eu tinha colegas que brigavam comigo, mas, infelizmente hoje, há uma inversão, porque era para as mães, os responsáveis chegarem no serviço público, enfim, e serem atendidos. Hoje era para chegar na educação, conseguir a vaga, era para chegar na saúde, conseguir o atendimento, só que, como já sabem que a porta vai estar fechada, acabam acessando o Conselho Tutelar para judicializar através da provocação do Ministério Público, porque é um direito violado, e, então, poder fazer essa garantia de direitos. Muitas mães acabam ficando caladas porque tiveram muitas dificuldades no início... Eu sempre digo: a porta de entrada é a principal para o diagnóstico, é a porta principal para o diagnóstico, é a porta principal, por quê? Porque é inadmissível uma mãe ter que ir para uma fila às 2h, 3h da manhã para poder ser atendida, para saber o direcionamento da sua vida. Porque o primeiro atendimento é onde vão dizer à mãe que tem que procurar a saúde, e no primeiro atendimento ela já tem essa dificuldade, então, se no primeiro atendimento já está acontecendo isso, tu imaginas daqui para frente. Então é uma luta diária e acreditamos que somente esses atores principais, que são as secretarias, o Poder Executivo, enfim, para ter esse olhar, de fato, para que as coisas mudem, e mudem não pra

para o governo e, sim, para a vida das mães, porque é nesse sentido que a gente tem que fazer. A maioria das mães tem que estar presente 24 horas, e aí a mãe já não trabalha, muitas mães não sabem do seu direito, não sabem para aonde correr e acabam, muitas vezes, ali... Tem sempre uma dificuldade, porque a maioria das mães são mães solas, porque tu seres mãe de uma criança autista, às vezes, com um nível um pouco avançado, assusta muita gente, principalmente os familiares, os próprios familiares acabam abandonando. Mas eu não quero me estender, porque teria muito para falar. Uma coisa é a gente ler no papel, a outra coisa é a gente viver a realidade.

Então quero passar a palavra à Isabel para que tu possas também dar a tua contribuição, mas também quero fazer o convite aqui à Sra. Rosele Bruno de Souza, representando a ATEMPA aqui, a senhora, por favor, se junte a nós. Também aqui representando a Escola Municipal de Ensino Fundamental Gilberto Jorge a vice-diretora, Sra. Lúcia Helena Borges de Almeida. Vamos passar a palavra, então, a senhora tem a palavra, professora.

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Bom, boa tarde a todos e todas. A rede municipal de Porto Alegre é uma rede que se destaca pelo seu trabalho com crianças atípicas. A qualidade do trabalho desenvolvido nas nossas escolas, com os professores da SIR, que bom que temos uma representante aqui, com os monitores de inclusão, agora com a parceria Abess, isso vem constituindo um trabalho já reconhecido. E tão reconhecido que é que acaba abarcando estudantes de outras redes. A rede estadual e rede privada têm buscado na rede municipal esse trabalho de acolhimento de inclusão de fato, não adianta termos pseudoinclusões. A rede hoje atende nas suas salas de recurso, que são 138 turmas, salas, 2.302 estudantes, temos 3.800 hoje, dados atualizados na rede. Então estamos agora no aguardo de nomeações, temos 20 professores nessa lista, então a expectativa é de que consigamos chamá-los para suprir essa necessidade que a gente tem. Mas a SIR, a sala de recursos, tem quatro eixos de trabalho: o PTE, que é o Programa do Trabalho Educativo, que já acompanha, então, os adolescentes já para o mundo do trabalho; a SIR Visual conta com

cinco professores; a SIR Altas Habilidades e Superdotação com três professores; e a SIR EJA com quatro professores. Temos os nossos polos com 13 escolas com um professor; 22 escolas com dois professores; 12 escolas com três professores; quatro escolas com quatro professores na sala de recurso. Então é um trabalho que exige uma qualificação dos professores, uma especialização, que por muito tempo ficamos buscando esse suporte do monitor de apoio, porque a gente entende que inclusão não é só estar dentro da sala de aula, mas é ter as condições, a equidade para aprendizagem, dentro das suas possibilidades. E a rede, dentro desse contexto, vem trabalhando com isso, nessa perspectiva. No ano passado, então iniciou, no finalzinho de dezembro, aí depois a colega pode falar um pouco mais sobre o programa, mas instituímos o Incluir +POA, cujo objetivo, além de termos agentes atuando na escola, também é composto por uma equipe de técnicos: fono, assistente social, psicopedagogos e psicólogos. Um conjunto de profissionais que não estávamos assim acostumados, não tínhamos nas nossas escolas, a não ser por alguma parceria ou outra com alguma instituição, por uma iniciativa da própria escola. Então, eu acho que é um ganho importante, claro que todo grande programa que envolve mais de 400 pessoas exige ajustes, adaptações, e é isso que a gente vem buscando afinar junto à Abess, que é associação que venceu o edital. Nesses ajustes que é do cotidiano do chão de escola, no dia a dia, no lidar com os estudantes, nessas adaptações que muitas vezes acontecem lá dentro da escola e não no macro. Então estamos nessa caminhada aí para esse atendimento. E já quero parabenizar, em nome aqui da professora, por todo esse trabalho que a SIR realiza. Não é um trabalho fácil, elas realizam a ponte, não só o atendimento ao estudante, mas principalmente a ponte com o professor referência, com os professores que atuam com esses estudantes, que precisam também entender o seu funcionamento e quais as melhores estratégias, as melhores formas de lidar com esses estudantes na sala de aula. Fico à disposição para outros esclarecimentos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Izabel, nessa lista que você trouxe para nós aí, tem monitores também a serem nomeados, que estão aguardando também? Essa é uma grande solicitação, que eu acho que é geral essa questão dos monitores dentro das escolas, que hoje muitos já são, inclusive, judicializados, através... Só que um monitor judicializado é para determinada criança, ele não é o coletivo, então tem essa dificuldade também, tem esse problema.

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Na verdade, o concurso de monitor originalmente para a escola de educação infantil, mas, com essa necessidade, muitos monitores passaram a compor as escolas de ensino fundamental para dar esse suporte nos processos de inclusão, de adaptação dos nossos estudantes. Com a chegada da Abess, houve, então, um acordo por parte do secretário José Paulo, no sentido de não mexer, até por questões de vínculo com esses estudantes, não mexer nesses monitores. Mas a ideia das novas nomeações dos monitores é para dar conta das escolas infantis, que hoje temos até redução de horário de atendimento, em função da não nomeação. Então já nomeamos 35 e estamos aí com a nomeação de 90 monitores prestes a ser realizada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): E esses 90 monitores são para suprir, então, as escolas de educação infantil, que é uma demanda também que chega para nós, porque a maior procura que tinha antes era as escolas municipais por causa do horário, que é das sete a sete, só que agora virou um problema porque, pela falta dos professores, o horário passou a ser reduzido, diminuiu.

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Porque temos a legislação que estabelece a relação de número de crianças e número de adultos. Às vezes, tu até tens o professor, mas tu não tens o monitor para cobrir a legislação e para dar o atendimento adequado, com o número de adultos que a lei exige, tu não tens

como abrir aquela turma. Então esses monitores que vêm agora para essa nova nomeação são para as escolas infantis, para a gente poder suprir essa dificuldade aí dos horários e turmas inclusive.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, pessoal. Vou fazer uma saudação para o Anderson, que está lá no cantinho, e aí tudo bom? Bom, o presidente fez um comentário aí sobre a questão dos monitores, mas é uma pena que a gente não pôde contar, não pôde convidar também a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – SMAP, e também a Secretaria da Fazenda. Porque nós temos um problema aí, um apontamento do Tribunal de Contas do Estado de que a Prefeitura estourou o teto de gastos com funcionalismo, e, pela questão gerencial, se faz uma opção que é de livre iniciativa do gestor, o prefeito municipal. E houve aí a suspensão de contratos que foram efetuados no início de março, com a dispensa de pessoas, muitos da Educação, inclusive monitores, se não me falha memória, mas isso é uma questão particular, é uma decisão que o prefeito tomou, ele priorizou. Eu até sugeriria, já que infelizmente nós vamos perder o secretário adjunto, por conta do período de desincompatibilização, que o prefeito Sebastião Melo deixe o cargo vago, porque dificilmente vai encontrar alguém que visite as escolas, que se dedique tanto quanto o Franzen faz, e que chame essas pessoas, porque fazem falta lá na ponta. E nós precisamos de mais atendimento na SIR – Sala de Integração e Recursos, porque temos ainda uma demanda reprimida de muitos estudantes que não estão sendo atendidos porque não há turmas abertas, há a necessidade, há estudantes que têm laudo e aqueles que estão sob investigação ainda. Não tem a menor previsão de prestar o atendimento, e isso é necessário, se faz necessário. Quero destacar também para o Ver. Conselheiro Marcelo que o papel dos monitores também dentro de sala de aula, não só na SIR, em muitos casos é necessário fazer o acompanhamento, e o suporte de pessoal justamente para lidar com os casos mais sensíveis, os estudantes que se desorganizam com mais facilidade. E aí eu faço uma crítica aqui, nada pessoal, são escolhas que o gestor faz, que esse processo de contratar uma empresa terceirizada para prestar esse tipo de

atendimento fere um dos princípios básicos da educação inclusiva, que é o estabelecimento de vínculos. Os profissionais de empresas que são contratadas muitas vezes apresentam uma rotatividade muito grande, e perde-se o vínculo, que é fundamental, principalmente para estudantes que têm o transtorno do espectro autista, que precisam conhecer a pessoa, desenvolver laços. E, infelizmente, a rotatividade que existe nessas empresas prejudica todos os processos educativos. Só uma pequena contribuição aí. E é uma pena também, eu faço um *mea culpa* aqui, porque deveria ter antecipado em uma ou duas semanas esta reunião para sugerir ao presidente Ver. Conselheiro Marcelo que nós pudéssemos ampliar o rol de convites para esta nossa reunião; seria muito bom ouvir outras pastas. Por exemplo, a Assistência Social aqui seria fundamental, porque Porto Alegre tem um problema muito grave. Pela legislação, nós prestamos o atendimento obrigatório até os 21 anos, para as crianças que têm algum tipo de deficiência; mas e depois dos 21? Nós temos uma grande população que fica simplesmente desguarnecida de políticas públicas, e a Assistência Social é um elemento importante que precisaria ser chamado justamente para esse tipo de discussão, para abrir possibilidades, desenvolvimento pessoal, curso de capacitação, centros para adultos, não apenas para crianças e jovens. Porque são seres humanos e que têm direitos que precisariam ser atendidos, mas, infelizmente...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Exato. O problema é que nós temos a barreira dos 21 anos, e a partir dos 21 a Prefeitura não tem responsabilidade, mas deveria lidar com essa questão, que é muito sensível para a nossa sociedade. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. Fazendo o registro também aqui da Ver.^a Maria Pimentel. E com relação

a essa questão de ser até os 21 anos, professor, eu tenho atendido no meu gabinete pais de adultos autistas que já estão numa idade um pouco avançada, preocupados já, porque daqui a pouco eles não vão estar mais aqui, e o que vai ser do filho? O filho tem 38 anos, autista, mas eles têm plena consciência de que, infelizmente, os familiares não vão se responsabilizar. Então, já está nesse ponto dessa realidade, que é uma realidade, a gente não pode estar aqui tentando fazer firulas, dourar a pílula, então é uma realidade que tem chegado também. Acho que vocês profissionais também têm essa dificuldade, a doutora principalmente, judicializando muitas ações referentes principalmente a esse tema; mas acreditamos sempre na mudança. Quero pedir novamente que, sempre quando forem falar, digam o nome completo e a entidade que estão representando, para poder ficar gravado nas notas taquigráficas. Quero passar então a palavra para a mãe Isabel, que é a mãe do Lorenzo, hoje um adolescente fantástico de 15 anos, ele é arteiro, mas é um arteiro daqueles que tem personagens, ele é um artista, um ator. Que bom que estás aqui representando essas mães, Isabel, na tarde de hoje.

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: Agradeço o convite, presidente. Sou Isabel Cristina Perceval Iracet Ferreira, sou mãe atípica. Inicio, então, agradecendo a todos, principalmente ao Ver. Marcelo Bernardi, pela parceria, pela abertura do gabinete dele em atendimento às mães, porque a gente necessita. Quero dizer a todos vocês que a minha fala sempre será a fala de mãe atípica, nunca de profissional. Vejo que hoje a gente está com esta Mesa lotada de profissionais de qualidade, agradeço muito à doutora Andreia, para quem encaminhamos muitas mães, para os seus braços, para o seu acolhimento, e isso é muito importante. E falando um pouco então da história do Lorenzo, que foi quem nos colocou dentro do autismo. Eu fui mãe mais velha, quando o Lorenzo nasceu eu tinha 41 anos, o Lorenzo é uma criança que nunca apresentou sinais de autismo, muito pelo contrário; era um bebê que gostava de olhar no olho, que não tinha aquelas observações, inclusive do pediatra dele, relacionadas ao autismo. E a gente até então, até ele entrar na escola Tio

Barnabé, da rede, na visão de uma – graças a Deus – vice-diretora, a professora Andrea, verificou que o Lorenzo, sim, tinha alguma coisa de diferente. Isso foi com um ano e dois meses, quando ele entrou na escolinha. Ela viu que tinha algo diferente e nos encaminhou, nos chamou para conversar e perguntou se nós queríamos ser encaminhados a uma psicopedagoga da rede para que observasse um pouco o Lorenzo e encaminhasse ele, então, para os médicos. E, graças a Deus, nós fomos para a Escola Especial Elyseu Paglioli, uma escola inclusiva, ele caiu nos braços da professora Simone do Amaral, que verificou realmente que Lorenzo tinha alguma coisa. Nesse meio tempo, a gente correndo com médico e tudo mais para diagnosticar o Lorenzo. Esse diagnóstico veio com dois anos e quatro meses, bem cedo, o que nos facilitou muito; mas graças a Deus o Lorenzo começou a terapia muito antes. Então quando se fala... Eu fico muito feliz, até anotei várias coisas, mas quando se fala nessa situação de escola, eu digo sempre o quanto a escola infantil é importante para a família, para essa criança, de ter essa visão clara. O quanto esses profissionais – porque a grande maioria desses profissionais se qualificaram por conta própria, porque a gente sabe muito bem que, hoje... E é uma coisa, até, presidente, que eu deixo aqui para ser revista, que é a questão dos concursos para monitores das escolas do Município de Porto Alegre, a qualificação exigida a esses monitores hoje é ensino fundamental ainda, infelizmente; e esse profissional tem que ser mais preparado. Porque quantas outras crianças não estariam... O monitor não pode simplesmente ser um profissional de apoio dentro de uma sala de aula. Não, ele tem que ser um profissional qualificado para lidar com essa criança lá no início. Hoje, o Lorenzo é o que é graças a essas pessoas que passaram. E a grande maioria desses monitores pelos quais o Lorenzo passou se qualificaram por conta própria. Eu agradeço, mas é uma coisa para ser revista, inclusive com a SMED. Eu sou servidora pública, trabalho na SMAP, vereador, lá dentro, e a gente sabe o quanto a gente está correndo para que ocorram as nomeações. Infelizmente, tudo parado. Eu trabalho no RH da SMAP, e a gente sabe da importância desses profissionais dentro da área da Educação. Porque não é fácil ser mãe atípica, realmente; mas é um encargo, é como se tu tivesses... Eu acho

que a gente tem esse encargo até mesmo se o filho é típico, porque tu tens esse encargo desde o momento em que tu estás gestante até a fase adulta. Qual é a dificuldade? De que forma vai ser preparado? E isso não é só a gente, mas a gente sempre se preocupa, como mãe atípica, quando o filho completa 21 anos, como o vereador falou, e não tem esse seguimento. Daí temos que cobrar das autoridades, porque tem o Certa que abriu aí, que é um grande exemplo do nosso Município, está sendo modelo para outros municípios. A gente está esperando o Certa adulto, e, com certeza, a gente sabe que demanda valores, mas que, com certeza, a gente vai ter. Então, eu não seria aquela mãe que não teve um apoio; muito pelo contrário, eu tive muito apoio da rede municipal, não só por ser servidora, não só por ter conhecimento, mas eu digo que esses profissionais têm que falar a mesma linguagem, e essas mães que não têm tanto conhecimento, eu digo que a gente dá esse apoio. Eu acho que é o que necessita a escola falar, é a referência ao aluno, a referência ao professor, a referência à família, porque a gente, por exemplo, com todas as condições que nós tivemos, nós tivemos muitos amigos e, principalmente, familiares que resolveram se afastar: “A gente não quer conviver com o problema que vocês estão agora”. E eu digo: “Bom, o meu filho não é problema. Agora, nesse instante, você é que está sendo um problema para o meu filho”. Então, nós nos afastamos, e, agora, eles vendo a evolução do Lorenzo, se aproximaram, e eu digo até que ponto é boa essa aproximação? Será que eles pensaram que a gente fez alguma magia para que o Lorenzo se tornasse o que ele é hoje? Não, a gente não fez, a gente acreditou nos professores, a gente acreditou nos profissionais, a gente foi atrás. Nós entramos na causa autista, hoje aqui eu represento não só o meu filho autista, mas represento a CPIA – Coletivo pela Inclusão e a Arte –, que surgiu da ideia de uma professora lá da Escola Eliseu Paglioli. Vendo seus alunos completarem 21 anos sem terem para onde ir, a Prof. Eliana montou a banda Malucos Beleza – vocês já devem ter escutado – e acolheu esses alunos por conta própria. O Lorenzo é o único que é menor de idade da banda, que pediu para entrar na banda por vontade própria. Meu esposo e eu fomos dar apoio a essa professora, e ele pediu para entrar para a banda. Assim, nós montamos o

Coletivo pela Inclusão e a Arte, que, inclusive, estará na Redenção no próximo domingo, convido todos a participarem, porque teremos a caminhada pelo autismo e a oportunidade de conhecer também o pessoal da banda. O que surgiu do Lorenzo? Vendo com os profissionais todos, nós procuramos ver qual era a habilidade dele: a música. Então, procuramos com esses profissionais tentar instrumentalizar o Lorenzo para que ele aprendesse da forma mais fácil possível, e foi através da música. Hoje, aos 15 anos, ele estuda no Colégio Piratini, no ensino médio. Quer dizer, está em tempo hábil, iniciando uma nova fase de vida. O Lorenzo é vocalista da banda, toca violão, gaita ponto no projeto Renato Borghetti, teclado e bumbo. A habilidade dele é essa: música.

Então, o que a gente precisa como mãe, até anotei várias coisas, eu acho que a gente não pode encher lá o Judiciário de processos a cada instante, processos, mais processos na SMED, a gente não pode ter um monitor servindo de bengala para aluno dentro da sala de aula. Eu sempre fui contra, porque eu acho que o monitor não pode servir de bengala, apesar de muitas crianças necessitarem, mas hoje eu não vejo o monitor como aquele profissional qualificado que possa auxiliar realmente o professor. E a rede pública de Porto Alegre, pelo amor de Deus, tem formação todos os meses, no último dia, sei lá, tem a formação. Então, quer dizer, não pode ter um professor que diga assim: “Olha, eu não tenho conhecimento para lidar com uma criança PcD, com um aluno PcD”. Não só autismo, mas uma criança com deficiência, não pode dizer isso hoje, porque a rede dá esse apoio, e, como eu disse antes, o município de Porto Alegre é referência em vários estados.

Eu tenho um grupo por WhatsApp de professores, profissionais de todas as áreas, no Brasil todo, e eu vejo, eu posto algumas coisas da rede de Porto Alegre e comentam assim: “Nossa, eu queria isso aqui no meu município!” e não tem. Tem mães em São Paulo que não têm o apoio que os nossos filhos têm aqui. Então, a gente não pode simplesmente chegar e bater, bater e bater, nem no Estado, nem no Município, nem nada; a gente tem que procurar se unir e procurar a melhor forma. Hoje eu vejo – com minha fala sempre de mãe – o que sempre me preocupou muito no ensino fundamental era a parte da monitoria.

Esse profissional não pode ser aquele só que vai lá trocar fralda, levar ao banheiro, não; ele tem que ser aquele profissional que dê apoio ao professor. Fico muito contente, porque eu, sinceramente, nem sabia da Abess, não conheço, quero conhecer mais, e fico feliz com isso, mas quero deixar essa questão da monitoria, principalmente porque é algo que é muito importante.

O Ver. Fraga falou sobre o estabelecimento de vínculo. Eu acredito muito no estabelecimento de vínculo, isso é uma coisa que facilita muito para a pessoa perceber, mas eu acredito mais no amor desse profissional em trabalhar com essa criança. Isso, sim, esse vínculo de amor, não só do conhecimento que esse profissional vai ter, mas de saber lidar, porque o vínculo se cria a cada instante. A gente pode ter cinco filhos e amar todos igualmente, mas tem um com o qual a gente tem mais afinidade, e eu acho que isso, a Abess, os profissionais terceirizados, eu digo, porque eu já passei por vários terceirizados, cria-se esse vínculo de amor, esse vínculo de cuidado, esse vínculo extremo vai se criando no dia a dia, minuto a minuto. Nem sempre a criança estabelece o vínculo somente porque o profissional está presente em todas as sessões de terapia que ele vai. Digo isso como uma mãe atípica que lutou, pode ter certeza, eu lutei. Eu já bati em várias portas de profissionais e dizia: “Esse profissional não é para o meu filho”. Eu tenho plano de saúde, normalmente os médicos não gostam de dar telefone particular e tudo mais, mas, quando eu entro com uma terapia para o meu filho, a primeira coisa que eu pergunto é se o profissional disponibiliza o seu telefone particular. Se sim, esse médico me serve, esse terapeuta me serve, porque a equipe multidisciplinar do Lorenzo já trocou inúmeras vezes, mas essa equipe sempre fala. Tanto é que agora, no ensino médio, a psicopedagoga do Colégio Piratini conversa com a psicopedagoga lá da Escola Antônio Giúdice, porque ela o acompanhou depois do meu relato por escrito. E é esse tipo de apoio que a gente precisa para aquela mãe que está lá no fundão da vila e não sabe onde procurar. É isso o que a rede tem que apresentar, muitas vezes, chamar essas mães para a reunião e pegar essas mães, porque os profissionais da SIR são extremamente qualificados, mas o que a gente quer de melhor para esse aluno, para essa pessoa PcD? É ter uma equipe multidisciplinar que faça o

melhor para ele. A gente sabe das filhas, hoje mesmo atendi uma mãe cujo filho está aguardando um neurologista há 267 dias para a primeira consulta. É impossível, entende? Essa criança tem quatro anos, ela vai ter que esperar para ter esse diagnóstico por 267 dias?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só para complementar, Isabel, essa é a mãe que tem dois filhos autistas, e ela nos chamou, porque estava com depressão em casa, não conseguia sair, não conseguia levar na unidade de saúde, porque a criança estava em crise por estar sem medicação. Ela não conseguia ir até a unidade de saúde, nem até o IAPI para renovar a receita, tampouco o valor para poder comprar a medicação. Então, tu imaginas o desespero dessa mãe com dois filhos, e ela nos ligando. Eu passei para a Isabel, que começou a conversar com ela, e aí que nós conseguimos acionar a rede. A rede entrou e conseguimos.

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: A criança já está medicada, a mãe já está mais calma. Eu digo sempre da rede, procurar essas mães que dão esse apoio, não aquelas mães que vão lá brigar com vocês porque não têm uma monitoria, não é Izabel? Porque, muitas vezes, a gente vê isso. Eu sou parceira da Josiara, pena que ela não está aí.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: Ah, está doente. Nós estamos sempre em parceria com a Josiara. E não adianta ter pais que vão lá brigar. A gente tem que fazer mais rodas de conversa dentro da rede, mas não profissionais falando, aqueles pais mais velhos que já saíram da rede, que vão lá e se dispõem a falar, porque todos querem, todos têm uma experiência. A minha experiência não é a melhor possível. O Lorenzo passou já por diversas medicações até chegar à medicação que está hoje, não sei se, daqui a pouco, ele vai precisar de outra medicação. Aí me perguntou, e é uma coisa assim

muito... A gente gosta muito de comentar sobre isso, pena que meu esposo não está aqui, quando nós recebemos o diagnóstico do Lorenzo com dois anos e quatro meses, de um neurologista, esse neurologista foi muito cruel conosco. A primeira coisa que ele disse: "O filho de vocês é autista, o diagnóstico dele é autismo". Nós ficamos investigando um ano com psicopedagoga, psicólogo, neurologista, psiquiatra. "O filho de vocês é autista, o diagnóstico dele é isso. Então vocês esqueçam tudo aquilo que vocês sonharam para o filho de vocês, esqueçam tudo aquilo. O Lorenzo pode não falar, o Lorenzo pode ter falha na coordenação motora, o Lorenzo pode ter diversas outras..." Tanto que, a gente descobriu no ano passado, ele tem déficit intelectual leve, através de um teste WISC. Então, quer dizer, o autismo não vem sozinho, essa comorbidade. Quando nós saímos desse consultório, coloquei o Lorenzo na cadeirinha, olhei para o meu esposo e disse para ele o seguinte: bom, agora está na hora de tu pensares, tu tens daqui até a nossa casa para pensar. Ou tu ficas conosco ou tu vais embora, mas tem uma coisa, se tu ficares conosco, vais ficar conosco 100%. Ou se tu fores embora, tu também vais embora 100%. Porque eu tenho uma luta agora, que é fazer com que o meu filho cresça, seja feliz e seja capaz de gerir a própria vida dele. Eu não quero que ele seja um gênio, eu quero que o Lorenzo consiga gerir a vida dele. Ele tem um déficit na matemática, e ele mesmo me ensinou como é que ele fazia. Eu digo: meu filho, tu tens que aprender matemática. "Mãe, se eu for no supermercado, eu vou comprar água e chocolate. A água, R\$ 2,00; o chocolate, R\$ 10,00. A nota vai me dizer, R\$ 12,00. Está aqui, ó! Aí eu dei R\$ 20,00, a nota vai me dizer, tem que me devolver R\$ 6,00 de troco." Aí, eu disse assim: como a pessoa com deficiência física tem muleta, tem cadeira de rodas, tá instrumentalizada. O que eu preciso para instrumentalizar meu filho? Uma calculadora. O visual, ele não precisa saber que dois mais dois são quatro, ele tem que estar instrumentalizado. Então, isso me tranquilizou mais ainda. Quer dizer, como o subsecretário disse, a gente aprende mais, é realmente, a gente aprende mais, a cada dia a gente aprende mais. Eu não estou romantizando o autismo, muito pelo contrário. Eu estou dizendo que se todos trabalharem juntos, essa pessoa com autismo, essa inclusão vai ser feita e vai

ser feita da melhor forma possível. Hoje ele gravou um vídeo por conta própria dizendo: “Sim, eu sou autista e com muito orgulho, ainda bem que eu sou autista”. E isso me deixa extremamente satisfeita, porque se ele hoje reconhece a deficiência dele, se ele hoje reconhece tudo isso, não foi só a minha batalha, a batalha do pai dele, mas foi de todos que acolheram ele: os médicos, os terapeutas, os amigos, as famílias, todos os professores dessa rede. Sabe, que ensinaram ele da forma que ele aprendia mais facilmente, então, por isso eu sou muito grata. Não posso dizer assim... Bater, a gente chega lá na SMED, eu vejo em muitas reuniões que se bate SMED, bate SMED. A gente sabe o que falta, mas o que a gente está fazendo para o que falta. Essa questão da monitoria, então, para mim é uma questão que, ainda vou ver Dra. Andreia, ainda vou ter a assistência de poder dizer para uma mãe: a senhora não precisa procurar Defensoria, pois hoje a rede tem “x” monitores para atender seu filho. Obrigada a todos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado Isabel. Passo...

SR. CLAUDIO FRANZEN: Me permite só uma colocação. Dona Isabel, acredito que a senhora emocionou todos nós aqui dentro pela sua história de vida, porque todos somos sensíveis, somos seres humanos com as nossas deficiências, todos temos as nossas, talvez não seja o autismo, mas cada um de nós tem. Eu sou deficiente visual também, eu tenho um probleminha de visão. Isso que a senhora nos relata é tão bonito, Dona Isabel, e é isso que a gente sofre todos os dias na SMED. Porque a gente tenta, a gente tenta, sim, e quando a gente recebe mensagens criticando de uma forma bem pejorativa, parece até que a gente não quer ajudar; e duvido de algum profissional, algum ser humano não querer ajudar o outro. Isso é inconcebível. Talvez esse seu relato seja tão importante de vir para dentro da rede. Já deixo aqui uma sugestão aos vereadores de criar um simpósio, de trazer os pais. Porque como a senhora falou para o seu marido, ou tu vens 100% ou tu não vens, às vezes os pais também não estão preparados para esse desafio. Tem que ser muito grande, como a senhora é...

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: Sim, e até coloquei aqui, me esqueci de falar, mas só lhe interrompendo um pouquinho, a gente tem... Como eu já participei da rede MOAB, da Rede Inclusiva, Autismo & Vida e várias outras associações até chegar a CPIA. A gente tem um estudo que diz que 78% das famílias, quando recebe o diagnóstico de qualquer tipo de deficiência, os pais abandonam essa família, infelizmente, eles não continuam. Isso é muito grave, porque tem mães, por exemplo que a gente conhece, que não conseguem ir na esquina comprar um pão porque não podem deixar o filho sozinho. Isso sim, isso é triste.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado Isabel. Alguém aqui conhece o Lorenzo pessoalmente? (Pausa.) Mas vocês um dia vão ter a oportunidade, na caminhada vocês vão ter a oportunidade. Quem for na caminhada domingo vai poder encontrar ele lá e ver o quanto ele é um adolescente fantástico. Ontem, eu estive na casa da Isabel à noite conversando com ele, e ele mesmo dizendo as dificuldades, ele falando tão abertamente, porque foi muito bem preparado pela família. Só que para isso a família tem que saber que ela não está sozinha. Hoje a maior dificuldade que tem, das muitas dificuldades de muitas mães, é já entenderem que elas estão sozinhas. Então é isso que nós temos que quebrar.

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: Só um pouquinho, Marcelo, quero dizer assim: com tudo isso, não quer dizer que o Lorenzo não tenha crises. Com 15 anos, por exemplo, num domingo, ele teve uma crise bem severa. Mas a gente já consegue controlar, conhecendo a gente consegue controlar. Ele é autista suporte Nível 1, mas vai ter suas crises normais, como qualquer outra... A gente tem, às vezes, uma assim que a gente não quer nem olhar para a cara de alguém, então, imagina eles, que tudo é mais intenso.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Isabel. Gostaria de passar a palavra para a Dra. Andreia, nossa defensora pública, referência nesse tema.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Bom dia a todos e a todas. Obrigada pelo convite, Ver. Marcelo; meus cumprimentos às autoridades presentes; a Sra. Isabel, que nos emocionou muito com a sua fala. (Pausa.) O nosso trabalho é garantir o acesso aos direitos, todos os dias, e a gente recebe esses relatos das mães e como é difícil para as mães, especialmente as mães solo. A senhora falou que os pais são ausentes, e a gente nota isso no atendimento, porque quem nos procura são as mães, raramente aparece um pai. É uma luta das mães especialmente, mas é uma luta de todos nós aqui presentes hoje. É uma luta dos vereadores, da Ver.^a Mari, que está sempre presente lá, dos senhores também, da Secretaria de Educação, enfim, dos profissionais, das professoras, dos familiares, da Abess, agora também presente com a gente. Vou falar para vocês do que a gente vivencia na Defensoria. Desde 2018, eu tenho atendido os familiares, atendimentos individuais. A maioria dos casos é para acesso a monitores escolares, mas também a tratamentos de saúde em geral. Nós notamos um aumento considerável da demanda após a pandemia. Nesse momento, eu já estava na direção do núcleo, e nós recebíamos muitos *e-mails*, muitas pessoas que queriam resolver essa questão, grupos de mães atípicas. Então, resolvemos abrir um Padac. O que é um Padac? É o Procedimento para Apuração de Dano Coletivo, que é o procedimento administrativo interno da Defensoria Pública para que a gente pudesse, então, tentar resolver a questão de forma extrajudicial, ou seja, a gente não entrou com nenhum processo naquele momento. Chamamos a Secretaria para um diálogo, compareceu a secretária anterior, que não quis fazer acordo conosco. Nós demos um prazo para que ela apresentasse uma proposta, não apresentou, encaminhamos ofício, mas não responderam na época. Então, em março de 2023, ingressamos com uma ação civil pública, que é uma ação coletiva para todas as crianças de Porto Alegre que estão na rede própria de ensino. Em julho de 2023, nós tivemos um

acordo, uma audiência de conciliação lá no Fórum, em que a SMED, já com novo secretário, veio com uma proposta de acordo. Nessa proposta, a ideia seria a contratação de uma OSC, que hoje é a Abess, que presta serviços através de um edital público de chamamento, em que Abess foi a vencedora. O ano passado foi um período de transição, porque, na verdade, a gente não tinha ainda a empresa parceirizada contratada e demorou um período até que fossem feitas as contratações, etc.; Este ano, com todos os profissionais já contratados, iniciou o trabalho. Em janeiro foi feita a capacitação dos profissionais que já se encontram nas escolas. A gente acredita que é um projeto que vai dar certo, nós acreditamos que vai ser um projeto muito importante para Porto Alegre. Ontem, casualmente, eu recebi representantes da Abess, lá na Defensoria, que nos trouxeram relatório de atividades até então, achei bastante adequado, profissionais capacitados e qualificados que vão atender esse público nas escolas.

E esse processo da ação civil pública está suspenso até julho de 2024, para gente avaliar se vai dar certo, ou não vai dar certo, apostamos que sim, e a Defensoria pública continua atendendo os familiares que nos procuram para as demais demandas, especialmente demandas de saúde, porque a gente sabe que o monitor ou os profissionais que estão na escola, eles não vão dar conta sozinhos, existem necessidades também de tratamentos de saúde que hoje, infelizmente, o Município não tem essa política de forma efetiva. Por que eu digo isso? Porque nós fizemos muitos mutirões o ano passado e este ano também, fizemos no ano passado 16 mutirões, neste ano já fizemos 5 até o momento, e a gente atende os familiares nessas regiões mais vulneráveis da cidade; Extremo-Sul, Chapéu do Sol, Restinga, Lami, Morro da Cruz, Timbaúva, Mário Quintana, enfim, comunidades realmente muito carentes e que a gente recebe os familiares. Nós tivemos alguns casos de crianças que estavam aguardando diagnóstico, com suspeita de autismo, há mais de 600 dias. Isso a gente pesquisa no sistema, existe um sistema gerente Gercon a que a gente tem acesso e a gente consegue verificar ali no sistema, aguardando avaliação. Então, a gente acaba tendo que ingressar com ações individuais para garantir o

tratamento de saúde. A gente tem trabalhado bastante, tanto na questão do acesso à educação, inclusão, quanto na questão do acesso à saúde. E é importante que a gente caminhe junto, porque uma coisa só não resolve toda a questão, que é muito mais complexa.

Enfim, o que nós estamos agora, neste momento, com a SMED: elaboramos um Termo de Cooperação, que está em fase de análise pela SMED e pela PGM, que é para encaminharmos as situações que nos chegarem de pedidos de monitores escolares, através de um fluxo extrajudicial. Da mesma forma que a gente já tem um acordo com a SMED com relação às vagas da educação infantil, nós estamos agora tentando fazer esse fluxo com a SMED para os casos de monitorias. Como é que pretendemos que funcione? As famílias vão chegar no atendimento, nós vamos pedir a documentação que a gente sempre solicita e encaminharemos para a SMED através de um *e-mail* específico, e a SMED encaminhará para a escola fazer uma avaliação do aluno, juntamente com a família. Após isso, com a resposta da SMED, fazemos uma um termo de acordo, para que a gente consiga resolver a questão, sempre de forma extrajudicial. Com esse programa Incluir+Poa , vai ser muito mais fácil fazer isso, porque a gente já tem a Abess na escola trabalhando, então acredito que vai ser muito mais rápido e mais fácil de resolvermos hoje. Só que esse acordo, gente, ele é somente para a rede própria, nós ainda temos toda a rede parceirizada que ainda não tem os profissionais. O que nós fizemos então? Nesse acordo na ação civil pública, colocamos uma cláusula específica de que a SMED, em 2024, irá fazer uma avaliação orçamentária para incluir, num edital de 2024, essa cláusula de que a escola terá que fornecer esses profissionais, juntamente com uma cláusula de contrapartida, porque hoje a SMED não repassa o valor para que a escola parceirizada possa contratar esses profissionais. A gente espera que também se resolva a questão da rede parceirizada com esse edital de 2024.

Também nós fizemos, no ano passado, uma reunião com a Seduc, com a secretária Raquel, que esteve na Defensoria Pública, e ela, ao contrário da antiga secretária da SMED, concordou em fazer um acordo conosco com relação à monitoria escolar. Então, ela encaminhou para o governador, no ano passado,

um projeto de lei para que ele autorizasse a contratação emergencial de profissionais, e foi aprovado na Assembleia, acho que foi em novembro do ano passado, se eu não me engano, a autorização para contratação de 1.150 profissionais, em todo o Estado, que até então a gente só tinha através de processos individuais, e assinamos, agora, no mês de março, um Termo de Cooperação com a Seduc para encaminhamento dos casos que nos chegarem na Defensoria Pública, de forma extrajudicial. Então, nós estamos resolvendo essas questões sempre de forma extrajudicial e através de acordos com a Seduc e com a SMED. Pois não?

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Eu sou a Rosele, estou representando a ATEMPA. Só uma pergunta: no Estado, a contratação vai ser direto de monitores? Não vai ter hora...

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Contratação emergencial. É isso, gente, estamos trabalhando para que consigamos resolver essa questão. Nós ainda somos pioneiros do País, isso é importante ressaltar, embora temos vários problemas para resolver, nós ainda somos uma referência no País. Nós sabemos, justamente o que a Isabel falou, de várias mães procurarem a rede municipal, porque está melhor equipada, tem profissionais mais capacitados para atender esse público. Inclusive a gente tem recebido algumas reclamações de pais que, quando vão para escolas particulares, porque a gente também tem um acordo com a SMED das vagas, e a gente consegue, através desse acordo, a compra da vaga em escola particular de educação infantil, e algumas situações têm acontecido de a escola particular não ter o profissional de apoio e acabaram recusando essa vaga, não de forma oficial, mas colocando para a família que eles não teriam condições de atender a criança, e a mãe fica naquela situação, deixa a criança na escola, mas já sabendo que não vai ter ninguém para auxiliar na sala de aula, e acaba que, muitas vezes, a mãe vem na Defensoria: “Olha, eu não posso deixar meu filho ali porque eles já me disseram que não tem como atendê-lo.” Ou então a redução da carga horária que acontece também.

Então, são problemas muito graves que estão acontecendo nessas escolas. A gente tem orientado os familiares a registrarem uma ocorrência, porque isso, inclusive, é crime, a recusa da matrícula é considerada crime pela nossa lei de inclusão. Enfim, são questões que a gente tem que pensar para resolver, porque, de fato, a inclusão está na lei, mas a gente sabe que, de fato, né, mãe Isabel, a gente não tem a inclusão ainda. Então, fico à disposição. Muito obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, doutora Andreia. Com toda essa sua experiência, muitas vezes é difícil a gente... porque passa um filme na nossa cabeça de quantas mães lutam. Eu lembro que, em 2004, quando entrei no Conselho, porque o papel do Conselho Tutelar é também muito difícil, porque, onde tudo deu errado, acaba chegando. Na Defensoria a mesma coisa, onde tudo deu errado, vai para a Defensoria. Então, nós temos que criar um mecanismo onde chega às 18h, nós temos que desligar e não levar para casa, mas, muitas vezes, a gente acaba... É difícil a gente não se emocionar e compreender. Acho que, tanto na sua função como na minha, enquanto estou, acredito que os vereadores também, porque, quando tu tens amor no que tu fazes, eu acho que as coisas caminham numa direção totalmente melhor. Agradeço a sua vinda aqui, para nós está sendo muito importante, até com informações da questão da educação estadual. O pessoal não tinha essa informação que também poderá ser judicializado, tanto no Município quanto no Estado, esse acordo.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Na verdade, não é judicializado: é extrajudicializado, porque a gente faz através de uma opção de acordo.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Isso, dá uma opção para eles... Muito obrigado, doutora Andreia. No decorrer aqui, sempre que alguém quiser fazer uma intervenção, a nossa comissão é bem tranquila. Estou louco para conhecer a Isis Caldeira, psicóloga da Abess, é uma novidade que veio para acrescentar, que veio para se somar. Então, a senhora tem a palavra.

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Boa tarde a todos. Boa tarde para mãe Isabel, também me emocionei com a tua fala. Eu sou psicóloga, na clínica eu atendo também crianças, atendo o público infante-juvenil, e hoje eu estou coordenadora da Abess, da região Sul. Então, eu atendo as regiões que a doutora falou, Chapéu do Sol, Restinga, são comunidades de extrema vulnerabilidade, onde as famílias, muitas vezes, não têm o entendimento nem o acesso a informações. Nós, da empresa Abess, que somos uma parceria com a Prefeitura de Porto Alegre também, nesse acordo feito. A gente vem para somar, a gente vem, junto com a equipe multidisciplinar – psicopedagogos, assistentes sociais –, dentro dos serviços sociais, para trazer essas políticas públicas, para que a gente consiga fazer essa articulação também com a rede para dar acesso para essas famílias. A gente tem psicólogos, fonos, que já estão atuando. Então, hoje, a gente conta com 357 agentes de educação inclusiva já alocados nessas escolas do Município. A gente também tem 59 técnicos, entre fonos, psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos, já atuando nessas escolas. O trabalho dentro dessa parceria está funcionando, claro, com alguns ajustes que a gente teve, como a Isabel mencionou no início desta reunião. Foram feitos alguns ajustes para que a gente consiga se adaptar dentro das vivência das escolas. Eu estou em campo todos os dias, eu estou em escolas da região sul, porque eu sou da região sul, sou coordenadora da região e sou da região, então eu sou do território e fica mais fácil para o entendimento da região. Acho que cada coordenação é dentro do território de vivência, então foi pensado, sim, no vínculo tanto com o território e tanto com os agente de educação inclusiva também com essas crianças. A gente está tendo esse cuidado por conta do carinho, do amor nas contratações a gente já pode perceber. Então, quando a gente inicia esse processo de contratação, a gente tem esse olhar de cuidado, até para depois, no segmento do trabalho, a gente não tornar essas pessoas descartáveis; esse não é o objetivo do programa. Então, o programa entra dentro dessa parceria para fazer a inclusão acontecer, essa é a ideia, junto com os psicólogos, junto com os assistentes sociais, com as psicopedagogas e os fonos. Então, a gente

tem os agentes de educação inclusiva, mas a gente não tem só os agentes de educação inclusiva, a gente tem uma equipe hoje que está trabalhando junto com os agentes de educação inclusiva, para dar esse suporte. Muitos agentes têm formação de pedagogia, têm capacitação, mas muitos não têm, muitos são como os monitores, têm ensino médio. A gente tem psicólogos, mestres, doutores no nosso quadro, então, a gente tem uma equipe bem qualificada, bem capacitada para estar trabalhando dentro das escolas. Então a Abess tem um objetivo, junto com a SMED, dentro dessa parceria do Ministério Público, a fazer...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Defensoria pública, para fazer a inclusão acontecer.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Só porque realmente é algo novo, e para entender um pouquinho mais de maneira até pragmática. Por exemplo, como é que funciona hoje lá na Escola Anísio Teixeira, o suporte que a Abess está dando? Qual a equipe de profissionais que nós temos? Ou na Escola Mário Quintana, ali lá na Restinga. Nós temos, provavelmente, 60, 70 crianças em processo, quantos profissionais estão, tem psicopedagogo lá fixo? Só para a gente entender na prática, que eu ainda não tive oportunidade, não sei se os outros vereadores... Era mais para saber.

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: É bem pertinente essa tua pergunta. Na Escola Mário Quintana, hoje a gente tem a psicóloga atendendo e a assistente social – para atender essas escolas que têm turno integral. Então a gente tem os psicólogos e o serviço social lá. Na região sul, a gente está em processo de contratação do fono, então a gente ainda tem esse déficit dentro da contratação do fono. Na Escola Anísio Teixeira eu não tenho a informação porque eu não

sou da região, mas o trabalho na Escola Mário Quintana está acontecendo. Hoje, inclusive...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Na Mário Quintana eu tenho quatro hoje. Vou precisar aqui para vocês: na Mário Quintana, eu tenho 30 alunos com NES, e eu tenho quatro agentes de educação inclusiva.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): É isso, vereadora?

(Manifestação fora do microfone da Ver.^a Mari Pimentel. Inaudível.)

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Dentro dessa parceria, são 10 estudantes para um agente de educação inclusiva, podendo fazer essa articulação de acordo com as necessidades da escola, no fundamental; nas EMEIs, são cinco estudantes para um. Fico à disposição para esclarecimentos futuros.

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Claro que o nosso foco é falar sobre inclusão e SIR, mas os técnicos desenvolvem também um trabalho com o restante da escola.

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Isso, com o SOE.

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Com o SOE.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Antes era o suporte que as escolas especiais davam, tipo a Escola Tristão; a Tristão dava para o sul. Era isso que faziam...

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Para as EMEIs. A gente entra como parceria, nada muda do que já tinha.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Então o suporte que as escolas já davam continua, com os profissionais dentro da SMED ali.

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Sim, da inclusão, mas esses técnicos eles vêm para a escola também... São 19 psicólogos para desenvolver também um trabalho com o SOE. Então aquela turma que precisa de uma intervenção... O trabalho de psicologia escolar, que é lei, que através dessa parceria pôde se contemplar. A gente tem reunião inclusive semana que vem com as direções, com o SOE, com SIR, estamos chamando reuniões, para se estabelecer esse outro lado dessa parceria, que é importante também, não só os alunos de inclusão, mas outros tantos a gente tem, que não tem laudo, e que precisam desse suporte no coletivo da turma. E o serviço social, que para nós era uma demanda do SOE há muito tempo, porque o SOE acaba fazendo, às vezes, o serviço social. Então é uma fase do programa que a gente está afinando e temos essa reunião semana que vem.

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: E já está acontecendo, não é, Isabel? A gente já está conseguindo contemplar também o SOE. Ontem, inclusive, a gente teve já roda de conversa com adolescentes no Pessoa de Brum, guiada, mediada por uma psicóloga. Então, o trabalho já está acontecendo, de acordo com as demandas que estão surgindo.

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: Eu tenho uma pergunta, Isis. Esse profissional, esse agente, ele não fica assim... O que eu quero saber: por exemplo, um monitor que é judicializado, ele fica engessado, gente sabe que ele fica engessado para aquela criança e, às vezes, essa criança não precisa desse apoio integral. Então, quer dizer, e esse monitor engessado dentro de uma turma que, às vezes, tem crianças típicas que precisam mais de

apoio do que própria criança com deficiência, esse agente pode ajudar o professor dentro da sala de aula? É isso que eu queria saber.

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Pode, desde que a gente não deixe o judicializado desassistido. Então, se o professor está assistindo à criança judicializada, se está fazendo esse acompanhamento, o nosso agente de educação inclusiva pode assistir outras crianças, sim, dentro da turma.

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: Maravilha, né? Porque a gente sabe que o monitor judicializado não pode auxiliar os outros, e não deve, porque normalmente isso era até, Dra. Andreia, uma das cobranças lá dos professores do Antônio Giúdice, que muitas vezes essa criança de inclusão não necessitaria totalmente desse monitor que o Município está pagando. O Município paga, claro, é um direito, e muitas vezes essa criança também não ia à aula e esse monitor estava dentro da sala de aula, porque tem que cumprir o seu horário, e não conseguia ajudar o professor, porque ele era daquela criança que faltou. Esse era o engessamento...

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Nas últimas decisões, o Dr. Daniel, inclusive, tem flexibilizado isso. Na verdade, ele tem, na decisão final, colocado como monitor para a turma, com foco no aluno. Isso nos dá uma certa possibilidade de ação. E de fato tem crianças que não necessitariam de uma exclusividade, mas entendo o pedido das famílias, porque antes não se tinha nada, então se usava o recurso da judicialização. Então, as últimas determinações têm sido assim, mas com foco no aluno, e isso nos possibilita fazer essas articulações melhores.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Só para complementar a resposta. Nos processos judicializados, que eram mais ou 93, 96, alguma coisa assim, normalmente era feita uma avaliação, o juiz determinava que uma psicopedagoga fosse à escola fazer uma avaliação— essa avaliação ela vem muito detalhada no processo, explicando qual era a situação do aluno, enfim, o

que ele precisava, vindo junto a conclusão da avaliação, dizendo que o aluno... Normalmente acontece isso, que ele não precisaria de forma exclusiva; então, a maioria dos processos judiciais, em que se pede monitor exclusivo, porque a família vem com a demanda de ser exclusivo, é o que a gente solicita, porque vem ali no laudo. Durante o processo é feita essa avaliação, que normalmente vem com uma conclusão de que não seria necessário exclusivamente para aquele aluno; daí normalmente se faz um acordo... Fazia-se, agora não será mais necessário, mas se fazia um acordo que o monitor ficaria auxiliando a turma. Acho que nesse sentido – não é, Izabel? –, que têm vindo as últimas decisões ou acordos judiciais.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado. É um debate muito bom, assim, porque são todos atores, acredito, que necessitam desse olhar, e já para que a gente consiga tomar alguns rumos, que acho necessário. Acredito que a partir de hoje a Dra. Andreia vai sair daqui com algumas informações que não tinha, acho que todos aqui. Aqui, representando a Secretaria Municipal da Saúde, a Sra. Cíntia Costa, coordenadora de políticas públicas, agradeço pela sua presença, porque é muito importante, vem muito ao encontro desse tema, da porta de entrada, da morosidade desses 600 dias – 600 dias é o apenas alguns, mas a gente sabe que tem mais. Eu sempre batia muito nessa questão do primeiro atendimento, o quanto é importante. Eu sempre digo, essa parceria também com profissionais de faculdades, enfim, de eles estarem dentro das escolas, fazerem essas parcerias, ter esse olhar diferente, porque eles já estão ali aprendendo; então, que aprendam já com a realidade, dentro das escolas, possibilitando esse... porque soubemos, principalmente nós que somos de comunidade carente, moro na Vila Farrapos há 49 anos, vivo essa realidade diária ali, até gostaria que a Defensoria Pública, no dia em que estivesse lá, gostaria de saber dessa agenda, fazer o convite para vocês se organizem para estar lá, atendendo as demandas lá, gostaria também de um clone da Isis também na nossa região, dessa equipe que é muito importante. A Sra. Cíntia dos Santos Costa está com a palavra.

SRA. CINTIA DOS SANTOS COSTA: Obrigada, Presidente. Quero só primeiro me apresentar; na verdade eu trabalho na área técnica do Programa Saúde na Escola, também na alimentação. A coordenadora das políticas públicas é a Gisele, ela tinha outro compromisso, por isso pediu que eu viesse. A questão da amorosidade da fila é um problema, um problema grave, mas no âmbito da Atenção Primária que é onde eu trabalho, gostaria de retomar para gente poder enredar várias das falas que foram feitas aqui. A Isabel trouxe muito a questão de acolhimento, de integração de comunidade, de apoio, acho que a Isis também trouxe essa questão, bem como a Andreia. Lá onde trabalho a gente tem diz 17 áreas técnicas; então, antes de vir aqui para reunião conversei com algumas colegas, inclusive a Geórgia está aqui, é da área técnica do PcD, mas também importa a gente falar um pouquinho sobre área técnica da criança e do adolescente; aí conversando, juntas, entendemos que uma porta de entrada que nos auxilia muito, além da unidade de saúde, são as redes de apoio, onde a gente senta e conversa; então, as redes e as redinhas, acho que também importa quando a gente traz a questão de autismo e outras doenças de inclusão, que a gente possa discutir as situações que ocorrem nas escolas, dentro desses espaços que são espaços integradores no território. Então, lá a gente vai ter representante de Conselho Tutelar, a gente vai ter representante de assistência, os professores que, no dia a dia, estão lidando com as crianças; então, já na figura da professora da SIR, ali, eu coloco que é a gente precisa dos relatos que vêm das escolas, e o quanto isso é importante para quando essa criança chega na unidade de saúde, é encaminhada para um (Ininteligível.), é encaminhada para um CAPS, que também são demandas frágeis, o número deveria talvez ser muito maior, mas essa é a rede que a gente tem hoje. Então, nesse sentido reforço o papel da unidade de saúde. Também queria reforçar um pouco a questão das necessidades do território. A gente também, como profissional de saúde, às vezes, tem uma dificuldade, que é tentar encaminhar essa criança para o apoio dentro da escola, acho que isso a gente conversou também um pouco, hoje; então a gente identifica, como profissional de saúde, uma criança,

bem como vocês identificam na educação, crianças que precisam do apoio do profissional de saúde, a gente também identifica lá, na unidade de saúde, quando a criança nasce e quando ela está no início da vida dela, muitas vezes ainda sem uma vaga na escola, sendo que essa criança precisa de um apoio, também da importância de a gente se articular nesse sentido, até Izabel, a gente pediu um apoio para listar as escolas que tinham atendimento de estímulo precoce. Acho que vou falar com a Josiara para pedir esse retorno mais breve assim, para gente poder encaminhar e ter essas orientações com os nossos profissionais de saúde. Queria também reforçar o papel do Programa Saúde na Escola que acho ser o que vincula a saúde à educação; então, importa falar que hoje, no Município de Porto Alegre, todas as escolas públicas do Município de Porto Alegre hoje são pactuadas no Programa Saúde na Escola; nós somos uma capital que tem 587 escolas pactuadas com esse programa, que é um programa tão importante do governo federal, para o qual a gente recebe um recurso, que é pequeno, mas é um recurso importante, e a gente consegue desenvolver vários programas, incluindo, já que a gente está falando de SIR, o Programa Porto Olhar Alegre, não sei se vocês conhecem esse programa? A Isabel, sim, o Programa Porto Olhar Alegre. Então, vou falar um pouquinho dele também, ele é um programa super relevante, através do qual a gente consegue fornecer gratuitamente óculos para as crianças em idade escolar, a gente conseguiu também agora uma autorização para fornecer óculos para os estudantes do EJA que conseguem comprovar a matrícula. Então, a gente também dá conta – essa é uma demanda que via Gerenciamento de Consultas Especializadas - Gercon também, mas a gente não tem demanda reprimida, o que a gente tem hoje, o nó do programa? A criança precisa ter a receita médica para poder fornecer o óculos, porque o Porto Olhar Alegre dá conta somente do óculos e da lente, mas a gente também tem alguns instrumentos, algumas estratégias, dentro da saúde, onde a gente está tentando dar conta da fila de triagem visual, enfim, a gente está tentando em finalizar essa fila. Acho que a gente está no caminho certo, a gente tem conseguido atender em torno de 120, 130 crianças por mês, é uma fila de 1.600 crianças, então acho que a gente vai conseguir dar conta disso.

Mas, como eu estava falando do programa, a gente tem todas essas escolas pactuadas, mas muitas vezes a gente não dá conta de atender, na frequência que a gente gostaria, essas escolas. Os profissionais das unidades têm como prioridade a assistência; então, a prevenção de problemas, muitas vezes, que é o que ocorre dentro da escola, quando entra ali no combate, acaba perdendo, a gente precisa estabelecer prioridades. No ano passado, a gente conseguiu atingir mais de 80% dessas escolas, com ações do Programa Saúde na Escola, dentro das 14 ações do PSE, então, desde saúde ocular, prevenção de dengue, direito sexual e produtivo, inclusive, não é Iza, acho que a gente vai precisar conversar saúde mental, que é uma outra ação que chega agora também, todas essas questões atravessam os desafios e avanços da escola, quando a gente fala de inclusão. A gente divide as escolas em prioridades, Prioridade 1 para as unidades de saúde são as escolas especiais, EMEF de Surdos Bilíngue Salomão Watnick, EMEEF Professor Elyseu Paglioli, que a gente comentou aqui, são escolas consideradas prioritárias; depois vêm as escolas infantis e depois as fundamentais, de acordo com número de crianças que são beneficiárias do Bolsa Família. Queria também reforçar e lembrar sobre PSE; então quando tu fala em realizar uma ação, por exemplo, de direito sexual que tu citaste, isso é uma ação do PSE também, que a gente precisa estar transversalizando para gente não perder esse recurso, bem como capacitar os nossos profissionais; por exemplo, agora a gente está capacitando sobre manejo de aleitamento materno, que é uma questão importante também para essas crianças. Muitas vezes, a Izabel está aqui para me corrigir, a gente já tem artigos trazendo questões de crianças autistas com aleitamento materno; então, é muito mais amplo do que a gente imagina esse assunto. A gente na saúde tem tentado dar conta nesse sentido. Também importa falar sobre o quanto a gente precisa estimular os profissionais de saúde que atendem as crianças lá nos primeiros dias de vida, lá nas consultas de puericultura, sobre o quanto é importante que esses profissionais olhem e estejam atentos para questões de identificar desenvolvimento infantil. Então, a minha colega que dá conta da área técnica de saúde da criança e do adolescente pediu para eu reforçar que, desde o ano

passado, a gente tem chamado médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem para capacitá-los a respeito do desenvolvimento infantil, quais são os itens que eles precisam observar, inclusive a gente comprou *kits* que são tatames, dardos, enfim, brinquedos que os profissionais da saúde precisam estar atentos nos seus consultórios para entender como que essa criança está encaixando quadradinhos...

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: Desculpa te interromper, mas isso se fala até do diagnóstico precoce, o quanto é importante, mas tem uma lei e um protocolo para isso. A grande maioria dos pediatras não utilizam mais – a importância disso.

SRA. CINTIA DOS SANTOS COSTA: De capacitá-los a respeito desses protocolos; então, também nesse sentido a gente percebe, inclusive, que os registros de puericultura no e-SUS aumentaram em torno de 10% do ano passado para cá. Então, importa reforçar esses dados; e assim como a Dra. Andreia falou, fiquei muito feliz quando tu trazes a importância também das escolas estaduais, Andreia, porque o PSE, também é algo que a gente sempre reforça. A gente tem as escolas próprias, mas as escolas estaduais também estão no território da unidade de saúde, e a unidade de saúde dá conta das escolas próprias municipais, mas precisa também dar conta das escolas estaduais, porque elas também são escolas pactuadas no programa. Então, que bom que tu reforças; aí fica também a sugestão da gente chamar profissionais da 1ª CRE – Coordenadoria Regional de Educação –, inclusive profissionais psicólogos também com os quais a gente tem iniciado uma conversa por conta das questões de saúde mental. Temos o projeto, se não me engano, é escola melhor, comunidade melhor ou algo parecido dentro do departamento de bem viver, da 1ª CRE, que também é importante que a gente pudesse chamar para essa conversa.

E, como nutricionista, também não queria esquecer de falar, e aí fica minha última pauta, sobre a importância de a gente lembrar das leis que garantem a inclusão da criança autista e outras crianças com necessidades especiais relacionadas à alimentação. O quanto essas crianças precisam ser respeitadas dentro do PNAE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Esse programa é específico para as escolas públicas, mas ele é expandido para as outras escolas também. Nesse sentido, também já queria colocar à Izabel, ex-secretária adjunto; a figura da Sara Bortoluz, que é a atual coordenadora do PNAE em Porto Alegre. A gente já tem também conversado, a Sara nos procurou para que a gente pudesse estabelecer algum documento escrito tentando falar com os professores das escolas quanto à questão alimentar, aí, sim, especificamente das crianças autistas. A gente tem se organizado para fazer treinamentos; domingo mesmo, eu estava lendo alguns artigos para tentarmos escrever alguma coisa em parceria, para poder reforçar essa questão de segurança alimentar. Acho que eu falei muito amplo, mas rapidamente de tudo. Se vocês ficarem com alguma dúvida, eu fico à disposição. Obrigada por esse espaço, por esse convite.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Cintia. Mais duas inscrições ainda, lembrando que agora, às 16 horas, terminaremos. Está sendo televisionado, após as 16 horas, encerra. Mas vamos aproveitar esse tempo, para que a gente consiga... Passamos à Rosele?

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: Eu quero pedir desculpa, porque eu vou ter que sair para buscar o Lorenzo na escola. Ele sai às 16 horas, já estou um pouquinho atrasada. Agradeço a todos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Isabel, pela presença.

SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA: O vereador tem meu contato, então, qualquer coisa tá?

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Eu me chamo Rosele, sou professora da rede municipal há 29 anos. Estou em cronograma de aposentadoria, mas trabalhei toda minha vida profissional na EMEF Professor Anísio Teixeira, na minha escola, como eu gosto de dizer, na melhor escola do Município. Em 2004, foi a primeira vez que eu fui vice-diretora; depois, em 2007, fui diretora e depois retornei para a direção em 2017. Eu trago isso, porque quando a gente ouve as falas – e aqui eu não quero ser muito destoante –, existe o ideal e existe o que acontece na prática. Nós somos, sim, a rede mais inclusiva, com uma qualidade, e aí não falo só do Anísio, eu falo da rede, nós somos muito, muito capacitados. Como a doutora disse, as pessoas buscam a escola particular e depois se dão conta que, nas nossas escolas, elas são muito melhores atendidas, e isso se dá por uma teimosia desses profissionais que lá atuam. Eu digo que a gente faz muito com o pouco que a gente tem. E quando eu falo pouco é pouco mesmo. Estou falando de uma estrutura física que não tem adequação. Vou falar do Anísio, porque é a escola que eu mais conheço, então, o Anísio tem uma limitação, por exemplo, para cadeirantes. A gente não pode receber um número maior do que quatro cadeirantes, porque a gente não tem salas embaixo se eles estiverem em etapas de ensino diferentes. Nós tivemos por um tempo aquele elevador, mas as crianças cadeirantes não se sentem confortáveis naquilo, elas sentem medo, e ele também destrói a escada, então, a gente não consegue utilizá-lo. Isso pode ser pouco, mas isso tem um impacto no cotidiano da vida dessa criança e dessa escola. O que eu trago aqui e reconheço, eu lembro bem quando o secretário assumiu, foi exatamente na semana que tinha sido assinado o TAC, ele foi pego por aquela movimentação das famílias que foram pedir que não se retirassem os monitores que já estavam vinculados às crianças. De novo, eu vou trazer a realidade do Anísio que, na época, tinha 13 medidas judiciais ganhas. Nem todas as 13 atendidas, porque aí a gente tem uma questão também de mandar o monitor para o turno que essas crianças

estudam, do nível que elas estão. Então, para fazer esse ajuste, é bem difícil. Quando a mãe falou que ele não pode atender, a gente, sim, faz... Depois, acho que a Lucia da SIR – Sala de Integração e Recursos – vai falar dessa questão, as professoras da SIR ajudam muito as direções no sentido de organizar, fazer uma escala para esse atendimento. Quando esse aluno que tem a medida ganha falta, o monitor é redirecionado, porque a gente tem turmas com cinco alunos de inclusão. Eu trago para cá, porque eu acho que a gente precisa, enquanto Legislativo, enquanto Poder Judiciário, Executivo, pensar. Eu já venho... Há alguns anos, enquanto ATEMPA – Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – e enquanto fórum de diretores que eu participei e que a gente sempre foi muito atuante – a Isabel fazia parte do fórum antes de ir para a SMED – nós precisamos de uma política pública para a inclusão, que nós não temos. Nós apagamos incêndios, nós resolvemos o emergencial, mas nós não temos uma política pública que pense coletivamente juntando todos esses atores para definir. Vou dar um exemplo: eu recebi essas medidas judiciais enquanto diretora que eu fui, dizendo que eu tinha por obrigação colocar um monitor lá. Então, na sala da Lucia, o monitor era da Lucia. Tinha a Lucia, a Isabel e o Franzen de inclusão. O monitor era da Lucia, mas ele podia atender os outros. Tranquilo, isso diz na medida. Só que se a Lucia está muito bem, ela está indo bem, mas o Franzen se desorganiza, aí o monitor precisa ajudar e retirar o Franzen da sala, aquele monitor sai da sala. Então, o pai vai lá e bota o dedo na direção e diz: “Olha só, não tenho problema que o monitor judicializado atenda os outros coleguinhas, mas meu filho não tem que ficar sozinho.” Isso é uma questão para a gente resolver. No nosso entendimento, enquanto fórum – o tempo que eu fui – e também acho que dos profissionais da SIR, precisa ter o agente, o monitor na sala, mas precisa ter um número razoável também de monitor fora, para que dê conta das desorganizações que acontecem não só com os atípicos, mas principalmente com eles acontecem, e aí a gente não tem esse auxílio. Outra questão que a gente também tem que pensar é como vai se dar essa questão dos agentes e dos monitores na sala de aula. Quantos entram? Quando a gente tem cinco, seis, sete alunos numa mesma turma. Quantos? Não

temos, não sabemos. Então, essas coisas a gente precisa pensar. Com relação à Abess – Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social – quero dizer que não é nada pessoal, existem algumas coisas que têm acontecido que tem nos preocupado bastante. No que se refere à questão dos profissionais, tem muitos... E aí vou dizer do Anísio de novo, lá no Anísio, existe uma rotatividade dos agentes de inclusão, alguns desistiram, teve algum problema ou outro com agente de inadequação na forma como conduziu, de manejo e também de conversa com pais. Isso é uma coisa que tem acontecido em várias escolas, inclusive situações mais graves que têm chegado de denúncia na ATEMPA de agentes filmando professores, o que é crime; isso é bem grave. E uma outra questão que tem chegado – e acho importante de a gente trazer, porque é o momento de se pensar em ajustes, melhorar e acredito que faz parte também dessa avaliação que vai ser feita agora em julho – é a questão que a própria Isis trouxe de que existe uma tentativa de fazer parte... a escolha faz parte do território. Então, a gente recebe pessoas do território, mas essas pessoas... Isso foi uma coisa que quando eu saí da direção, em dezembro, apesar de a secretaria ter dito que era para dar livre acesso a todos os documentos, eu proibi enquanto ainda não tivesse. Eu disse: “Não, quem vai passar as informações para as pessoas da Abess são as professoras da SIR.” Eles é que tinham que passar, por que? Se eu tenho agentes da comunidade, e as nossas escolas são todas em territórios vulneráveis, existem situações de relatos nos documentos da SIR que são muito graves e que não podem ser de acesso de qualquer pessoa, muito menos de pessoa que, apesar de ser um agente de inclusão, vai estar ali e é da comunidade. Então, isso é uma coisa que tem nos preocupado bastante. A Abess tem um sistema que algumas professoras da SIR estão se sentindo inclusive pressionadas, porque as pessoas sentam lá e dizem: “Vocês têm que fornecer, vocês têm que dizer, vocês têm que dar acesso.” E aí existe essa questão. A gente tem uma lei de proteção de dados bem importante, que nos parece - estou dizendo nos parece porque a gente ainda vai chamar os professores, vai chamar as equipes pra conversar enquanto ATEMPA para a gente ver de fato como está acontecendo - que ela

está sendo um pouco esquecida nesse sentido de o que está indo para sistema que pelo que a gente entendeu é de acesso a todos os agentes da Abess. Então isso é uma coisa que a gente precisa também entender como está acontecendo porque isso que está sendo dito e inclusive deve ter aí, nas imagens da Câmara, a Ver.^a Psicóloga Tanise, que fala isso. Ela diz então que todos podem ter acesso, aquela vez que a gente veio aqui para aquela sessão que tinha a questão do PL da Previdência, que ela fez então uma reverência à questão da Abess, ela trouxe isso. Isso deve estar gravado, então acho que alguém está passando informação, ou de fato acontece e a gente não sabe. Então assim, pessoal, acho que tudo que vem a mais é bom, mas eu acho que a gente precisa ter um cuidado porque essa rede diferente... Por isso que eu fiz a pergunta: por que não contratar direto? Por que tem que ter alguém que ganha para colocar os profissionais? Ainda não está sendo respeitado o número de profissionais, nas escolas não tem um número que é para ter ainda, isso a gente tem pesquisa. Nós fomos em dezembro, passamos em 79 escolas, fizemos um levantamento para a gente apresentar os números depois, quando tiver, e agora nós vamos de novo depois da Abess então já implementada para a gente também fazer esse levantamento, depois a gente pode, inclusive, se for de interesse, a gente vai também disponibilizar. Porque a ideia aqui não é só dizer coisa ruim, mas essa rede é nossa, a gente vem construindo essa rede a duras penas, a gente sofre ataques a todo momento. Nós somos responsabilizados por coisas, a gente está vendo assim, é um sofrimento e aí quando a doutora se emociona, eu me emociono, quando eu falo que a gente tem que estar respondendo, às vezes, a famílias que acham que a gente tem tempo de doutrinar crianças. Entende? E uma frente parlamentar contra a doutrinação... Vai lá ver o que a gente sofre, o que é não ter atendimento de monitor para essas crianças judicializadas, não saber o que fazer quando uma criança está se desorganizando e não tem gente para dar conta, corre em direção. Eu fiquei muito tempo com uma criança na minha sala, eu tinha doce, coisa que eu nunca fui a favor, mas eu me via indo contra todos os meus princípios, porque eu não tinha como fazer diferente, ou eu dava aquele doce e ficava com aquela criança ou ele surtava na sala e batia

em todo mundo, e eu chamava a mãe, e a mãe não vinha, e quando vinha ainda foi o pior sofrimento de todos que eu vi na minha vida, tia e mãe espancar o filho, ou filho espancar a mãe dentro da minha sala. Então isso a gente passa na escola. Então não é assim só meter pau na SMED, mas a gente quer ajuda, a gente está lá na ponta. Então quando a gente traz a necessidade não é porque a gente quer acabar com o governo, é porque a gente sempre avisou, a gente não precisa de livro, a gente precisa de reforma elétrica, a gente precisa do básico. Entende? Então assim, a gente precisa de acessibilidade. Tem escolas na rede que não têm nenhuma acessibilidade, a gente tem isso na pesquisa, não tem, não tem nada. Ana Íris é uma escola que em todos os quesitos que a gente apontou ela não tem nenhuma acessibilidade.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Amianto, as paredes são de amianto. Eu fui visitar porque eu não conhecia, eu brinquei com a minha colega da ATEMPA que a diretora também é da ATEMPA e trabalha na Íris, eu disse: “Eu saio lá do Anisio, a melhor escola da rede e tu me trazes aqui para eu me deprimir.” Porque é triste ver uma escola naquele estado, e as professoras e a diretora lá fazem o máximo que podem. Então é isso, gente. Tem muito mais coisa que queria dizer também, que a gente está aí com a nomeação, desnomeação de 90 monitores em função da questão do TCE e que a gente espera que seja o mais rápido possível regularizado porque a gente precisa desses profissionais lá na ponta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não é do TCE, professora, a questão é da Prefeitura que desde 2021 não desmembrava os dados da transparência.

ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Não demonstrou os dados e aí entrou tudo na conta. Então a gente pede que isso seja regularizado logo porque a gente precisa dos profissionais lá na ponta.

PRESIDENTE MARCELO CONSELHEIRO (PSDB): Obrigado, Rosele.

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Eu gostaria de explicar um pouquinho em resposta diretora, professora. Eu queria te dizer que os agentes não têm acesso às informações do nosso portal. Essas informações são compartilhadas apenas entre a equipe multidisciplinar. Por quê? Porque a gente precisa entender a demanda de cada estudante para a gente poder auxiliar. Se a gente não entende essas demandas, a gente não tem como auxiliar esses estudantes. Então esse programa perpassa por alguns saberes técnicos. Então para que os técnicos se conversem, foi pensado nesta plataforma em que ali estão todas as informações, o cadastro do estudante, e que a gente pode, enquanto equipe técnica, estar conversando dentro desta plataforma para pensar em um melhor desenvolvimento para esse estudante. Os agentes de educação não têm acesso a essa plataforma, porque a gente garante o sigilo, porque todos os técnicos são regidos pelo um comitê de ética. Então a gente não pode, de maneira nenhuma, dar livre acesso desta plataforma. Só para esclarecer.

PRESIDENTE MARCELO CONSELHEIRO (PSDB): Obrigado. Rosele, o quanto é importante a realidade, não é? Temos duas, três inscrições, o Ver. Jonas Reis, a Lúcia e o Anderson.

SRA. LÚCIA HELENA BORGES DE ALMEIDA: (Procede-se à autodescrição.) Eu me identifico muito com a fala da mãe da Isabel, que já precisou sair, e com as demais falas, mas uma coisa que me chama muito atenção, vendo-a falar, reforça mais a minha crença no acolhimento, em dar palavra para os pais e para as mães, dar vez de fala. Eu venho de algumas realidades em que eu percebo muito bem a diferença que isso faz. Nós tínhamos situações em que as mães não eram ouvidas, não eram acolhidas, e quando a gente começou a acolher essas mães, começou a conversar com essas mães, começou a ouvir, primeiramente ouvir o que essas mães tinham para dizer, a coisa começou a ficar mais tranquila, mais calma. Então essas mães se sentiam... E eu digo mães

porque realmente a gente tem majoritariamente mães; os pais realmente são pouquíssimos, a gente conta nos dedos de uma mão os pais que estão ali na linha de frente, geralmente são as mães, e são mães muito sofridas. Elas buscam na escola e aí a gente acaba tendo um vínculo muito forte não só com o estudante, mas com a família também, na figura da mãe. E o meu WhatsApp, por exemplo, ficava o tempo todo disponível, porque às vezes precisava só perguntar como ele está. Sabe aquela coisa do carinho? “Está bem”, e aí a mãe relaxa e consegue... Porque uma mãe atípica não é fácil mesmo, tu és o tempo todo, principalmente uma mãe solo, ela precisa dar conta de tudo e de todos, e ninguém dá conta dela. Então é uma coisa impressionante o que a gente vê. Eu trabalhei numa escola em que a gente conseguiu, com o apoio da Josiara, fazer reuniões com essas mães. Isso iniciou com um pedido que as mães fizeram para que tivesse esse momento de encontro, tivesse essa conversa, e não era fazer queixa dos professores, pelo contrário, elas queriam entender por que os seus filhos não estavam tendo aulas pensadas neles, a escola pensada neles. E aí eu fico pensando na questão de uma direção. A Rosele foi diretora, eu já fui diretora de escola também, como é importante uma direção inclusiva, uma equipe diretiva que pensa na inclusão, que vê a escola. A escola precisa ser inclusiva desde o momento que chega lá no portão, tudo. Os profissionais que trabalham na escola, na cozinha, na limpeza, todos têm que ter esse pensamento inclusivo através de formações. Eu estou hoje, graças a Deus, numa escola que pensa muito isso. A gente está fazendo um trabalho muito legal em relação aos professores, a gente tem espaço para sentar com os professores e conversar sobre os alunos, aluno por aluno. A gente tem espaço para sentar com os professores e conversar sobre os alunos, aluno por aluno. A gente consegue, por exemplo, a gente está trabalhando a questão do PEI, que é o Plano de Ensino Individualizado, que pensa em cada estudante, em cada necessidade, o que é importante a partir das potencialidades do que esse aluno tem, as habilidades que ele tem, isso faz toda diferença. A escola, ela se torna uma escola inclusiva, quando todo mundo para e pensa: fulano precisa...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SRA. LUCIA HELENA BORGES DE ALMEIDA: A minha escola é... É, e isso tinha muita dificuldade. Eu vim de uma escola que não era integralizada, e nós não tínhamos esse tempo, era uma coisa pavorosa, era no corredor, era ali no banheiro, às vezes, o professor, a gente ali conversando. Isso é uma coisa que a gente precisa muito, faz toda diferença. Quinta-feira passada, por exemplo, nós conseguimos sentar, fizemos um PEI fictício, mas os professores conseguiram pensar: “Pois é, isso também dá para o meu aluno...” Esse momento de reunião pedagógica é... Falar em escola, em educação e não ter reunião pedagógica é uma coisa que não combina, é completamente absurdo, a gente precisa desse momento. O professor precisa sentar com seus pares e pensar: “Fulano, na tua aula, como é que está? Na minha aula, como é que está?” Isso é primordial, a gente precisa recuperar as reuniões pedagógicas, isso é uma coisa que eu não consigo entender como é que tem escola que não tem. A gente precisa sentar, parar e conversar com os nossos pares. E, na escola integralizada, a gente consegue fazer isso nas quintas-feiras, e faz toda, toda, toda diferença.

Voltando, então, a gente fez esse acolhimento das famílias, das mães, e a gente tinha um grupo, inclusive, que as mães podiam ali trocar informações: “Olha, eu consegui a carteirinha do autismo, eu descobri um lugar onde as consultas são a preço popular”. Então, essa coisa assim de acolher e de ter uma rede de apoio é essencial, é fundamental.

Uma outra coisa que a Rosele falou que eu fiquei pensando. Tá, são dez agentes para educação, ensino fundamental. Só que não pode ser engessado, a educação inclusiva não pode ter números fechados, porque a realidade, em cada lugar é uma coisa diferente. Eu posso perfeitamente ter lá uma turma em que esse aluno que tem um agente, ele pode até ficar sem o agente que ele vai dar conta. Mas eu posso ter uma turma em que tem três alunos e que cada um deles precisa de um agente ali do lado. São realidades assim, vir com um programa fechadinho eu acho que fica meio complicado, isso teria que ser com a direção

da escola, com a equipe diretiva. A gente sabe a realidade dos nossos alunos, a gente sabe qual aluno precisa realmente de um agente do lado e quem não precisa. Se a gente ficar fechado nisso de cinco para educação infantil e dez para ensino fundamental... Por exemplo, se tiver quatro agentes, mas a gente tem quatro alunos, quatro estudantes que demandam que fique ali o tempo todo, todo o tempo que o aluno está na escola precisa que o agente fique junto, porque tem questão de agressividade, locomoção, uso de fraldas, ou cadeirante, aí essa conta já não fechou. Então é uma das coisas que a gente precisa rever, pensar. Eu queria só ressaltar o trabalho da SIR PTE, a gente estava falando ali em, a partir dos 21 anos, a SIR PTE faz um trabalho maravilhoso, mas precisaria, acredito, de mais investimento, porque a preparação para o trabalho é algo extremamente importante, mas a gente precisa de mais investimento, para que esse trabalho possa se dar além. A gente tem um caso na rede, ele foi aluno lá do Pasqualini e trabalha na Panvel, e tudo isso se deu pelo trabalho maravilhoso da SIR PTE. O que seria dele hoje, se ele não – o Tiago Conceição – tivesse esse trabalho tão legal da SIR PTE, né?

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Sabe que eu estive ontem na Senador Alberto Pasqualini, e as professoras da SIR, a Michele e a Denise, me contaram do PTE lá, que elas conseguem, então falaram do Tiago, que está na Panvel. Achei bacana.

SRA. LUCIA HELENA BORGES DE ALMEIDA: É, o Tiago é do tempo que eu trabalhava lá. Por exemplo, a gente tem aqui na Câmara a Ana Rita, que está fazendo estágio pela SIR PTE aqui na Câmara. A gente tem em diversos lugares. Esse é um programa maravilhoso que precisa de incentivo. Em relação à qualificação dos agentes, uma coisa que me chama atenção... Nós temos assim ó, nós temos agentes, lá na escola, maravilhosos: disponíveis, interessados. Porque é aquela coisa, né? O principal é me importar. Eu me importo? Sim. Então eu vou me qualificar, eu vou atrás de informações. Mas a gente sente também isso assim, profissionais da educação, não sei se seria isso, porque nós

temos uma estudante de pedagogia, uma de nutrição e um que é formado, ensino médio, não está cursando nível superior. A gente percebe, às vezes, que faltam algumas coisinhas, não sei se nos treinamentos, o manejo com novos estudantes, a gente percebe assim: extremamente disponíveis, com muito boa vontade, mas ainda falta um pouquinho.

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Eles já receberam 120 horas de capacitação, mas a gente ainda está alinhando as próximas formações, pensadas em manejo, pensadas em capacitação para inclusão. A gente vai ter agora o recesso de julho, e, nesse período, vão acontecer mais capacitações.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Uma das coisas que tem chegado também para nós na ATEMPA diz respeito aos técnicos. O secretário, pena que a Isabel saiu, porque eu acho que o Franzen, não me recordo se tu estavas nessa reunião com o secretário Franzen, mas teve uma reunião no final do ano passado, onde foram o Simpa, a ATEMPA, estava o pedagógico, estava o secretário José Paulo, e o secretário disse com todas as letras que todos os profissionais da ABESS estão abaixo da direção. Acontece que tem alguns profissionais em algumas regiões que não se veem nessa posição, inclusive, se colocam nem querendo preencher ficha na escola. A senhora imagina: a senhora recebe alguém na sua casa, a senhora não vai ter nada dele? Se ele faz qualquer coisa com uma criança lá e some, a senhora não tem nada, não sabe nem o nome completo, entende? Essa é uma das coisas que agora a gente está chamando, enquanto ATEMPA também, para poder ajustar algumas coisas, porque as direções precisam entender que, sim, são elas que mandam, o secretário mesmo disse. Só que aí a ABESS também tem que passar isso para os seus agentes.

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: Eu acredito que não é nem questão de mandar, é uma parceria, trabalhar junto.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: *Ok, mas a responsabilidade, ao fim e ao cabo, é da direção. Qualquer coisa que aconteça lá, o pai vai responsabilizar a direção e a secretaria. Então qualquer pessoa que entrar no ambiente público precisa, sim, estar identificada e precisa estar sob as ordens e as regras daquela chefia. Isso é uma coisa que a gente precisa... Por isso que eu digo assim: faz parte de uma política, e a gente precisa ajustar isso. São pequenas coisas que parecem bobagem que a gente está trazendo aqui, mas não são, são muito importantes, porque elas dizem de um acolhimento melhor para todo mundo e de um atendimento melhor para essa criança que está lá na ponta e para essa família. Uma das coisas que a gente vê numa família que chega numa escola e procura, e a gente sempre, desde que eu entrei na direção, eu me preocupei com isso, a primeira coisa que eu digo para uma família que vai buscar vaga é: “Olha só, tudo o que eu te disser aqui tu não entende nada como obstáculo para tu botar teu filho, eu quero que o teu filho estude aqui nesta escola, eu quero. Quanto mais aluno tiver no Anísio, para mim, é melhor. Eu só quero que tu entendas que algumas coisas a gente vai precisar ajustar, porque eu preciso saber qual é a suportabilidade da tua criança, quais são as condições, e a gente vai ter que aprender a fazer melhor”. Isso já faz com que a família se desarme, porque a maior parte das famílias que chegam numa escola pública, gente, ou numa escola, elas já passaram por várias que disseram “não”. Elas chegam já armadas, muitas vezes quase querendo nos bater. Tudo o que a gente puder ajustar, e acho que este é um espaço importante, é por isso que a gente está trazendo.*

SRA. ISIS MARIA CALDEIRA: *Acho que sim, eu acho que são questões importantes e pertinentes para a gente estar alinhando. A identificação na escola, enfim, enquanto equipe técnica, como eu falei e vou reforçar, nós todos somos regidos por um conselho, então a gente é regulamentado dentro desse conselho. E tudo que não tiver dentro da ética, a gente é cobrado. Acredito que nisso a gente não esteja pecando, estamos dentro da ética, mas a gente precisa, claro,*

alinhar com cada direção específica o trabalho, eu acho que isso é importante sim.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Gente, eu pedi licença para o nosso presidente, tem uma sugestão de encaminhamento, inclusive, instigada pela Lúcia. Aqui na Câmara de Vereadores, nós temos dez vagas disponíveis para o PTE, mas eu creio que nem todas são preenchidas. Então vamos usar esta comissão para pressionar o Presidente Mauro Pinheiro para atrair, fornecer o espaço aqui que a gente tem, justamente para mais estudantes poderem estar se aperfeiçoando para o trabalho e emprego. Eu me despeço, porque tenho um compromisso agora e já estouramos o teto das 16 h, não é, presidente?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Passo a palavra para o Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente Ver. Conselheiro Marcelo, obrigado; demais colegas, cumprimento o secretário adjunto, no nome dele, as demais autoridades, ATEMPA, professoras, professores, demais profissionais das outras secretarias, a Cíntia, a defensoria pública e as pessoas presentes que acompanham, professores; eu queria, primeiramente, lembrar que tive o prazer de aprovar nesta Casa, vários vereadores votaram a favor da lei para a garantia de psicólogos no sistema municipal. A gente sabe que isso é um avanço, é um debate sobre como construir a educação, a gente sabe que o conceito clássico de escola – só sala de aula, professor –, ele vai sumindo ao longo do tempo. A gente vai agregando vários elementos, inclusive, alimentação escolar era numa coisa que não existia, a própria inclusão real, ela ainda não existe. Ela é ausente, porque o sistema não está tendo a aplicação necessária de recursos que deveria ter, inclusive, o Plano Nacional de Educação não desmembra como é para ser, de fato, uma educação que inclui, ele prevê matrículas, propõe, mas ele não elabora, não avança nesse sentido. Isso é um avanço coletivo de toda sociedade. Acho que esse é um debate fundamental. Porto Alegre é uma cidade

pioneira, que os profissionais na verdade foram construindo, pressionando e está aí o Fórum pela Inclusão Escolar, que eu devo parabenizar muitas pessoas que construíram, porque a legislação que a gente tem e o formato do trabalho nas escolas decorrem daí, desse processo coletivo, das pessoas que debatem, constroem, se formam, discutem. Estou vendo aqui o Anderson também, que é uma pessoa muito dedicada nesse debate, inclusive, do ponto de vista sindical associativo, mas eu vejo ainda alguns problemas. Um dos problemas que já foi constatado e que foi motivo, esse contrato da empresa Abess, ele só surgiu porque nós questionávamos já, no passado, anos atrás, no Tribunal de Contas, no Ministério Público de Contas, os investimentos e a inclusão real na rede. E aí então teve, na verdade, um processo que pressionou o poder público municipal, que optou por uma contratualização. Então, na verdade, é a mobilização da sociedade civil que faz acontecer as políticas públicas; acho que isso é importante deixar pacífico aqui na Câmara, porque nós somos pressionados, e a gente ouve a população. Eu acho que isso tudo vai gerando um caldo social para avançar. Contudo, o que a gente verifica? Hoje o Município aplica, já apontado pelo Tribunal de Contas do Estado, apenas 16% dos recursos com educação. Esse é o fato. Ele colocou os inativos, professores inativos, como pagamento de RH, isso é uma inverdade, é uma coisa errada, e nós temos que modificar isso, isso tem que ser modificado. Inclusive, eu estou entrando na justiça logo, logo, para contestar este acordo que foi feito da Prefeitura de Porto Alegre com o Ministério Público de Contas. Primeiro que não é competência do Ministério Público de Contas fazer um tipo de acordo, e é inconstitucional. O mínimo constitucional, ele está acima de todos nós, de todos os órgãos. Não poderia o Ministério Público de Contas ter feito acordo com a Prefeitura de deixar e dissolver, ao longo de nove anos, a aplicação dos recursos para depois chegar nos 25%. Não, 25% constitucional, isso é agora, inclusive, o que já passou, ou seja, nós temos muito dinheiro que pode ser investido na inclusão, que pode ter mais profissionais, que pode arraigar mais isso e ter muito mais profissionais por menos alunos. Hoje a gente tem muitos alunos e poucos profissionais. Esse gargalo pode ser resolvido, se o Ministério Público de Contas não tivesse se

metido erroneamente, na minha opinião. Então, nós vamos entrar na justiça, pedindo a inconstitucionalidade desse acordo, que a gente quer o dinheiro da educação para a educação; dinheiro de aposentado é outra história, é Previmpa, é caixa único, não é da educação. Porque, senão, nós não teríamos mínimo constitucional, enfim. E só para fazer uma citação aqui que eu queria perguntar à Cintia. Antes, no HPV, tinha um processo com pedagogo lá dentro, tinha uma discussão. Então, as pesquisas todas mostram que é importante a estimulação precoce, são importantes os diagnósticos, é importante, desde pequeno, o bebê, no espectro autista, ter essas constatações para poder avançar no desenvolvimento. Então, eu pergunto: a secretaria de saúde, ela prevê ampliar o seu debate sobre isso? A secretaria de educação, aí pergunto à Izabel, qual é a ideia? Vocês estão pensando em ter mais espaços para os bebês na rede, em mais locais? Tem uma discussão disso com a rede conveniada, não tem? Porque o que está acontecendo hoje? Nós estamos tendo, está estourando na escola, lá, no primeiro ano do fundamental, e aí a criança não teve acesso à saúde e não teve acesso à educação na hora certa, porque a hora certa não é a partir do primeiro ano do fundamental, e está chegando tudo lá. E aí a Rosele fala aqui, traz os problemas que os professores debatem. O professor pedagogo, infelizmente, que é o meu caso, a gente tem uma disciplina de educação inclusiva, de educação especial, isso não vai resolver. Então, a gente precisa resolver antes no sistema, ou seja, educação infantil e um diálogo com a saúde. Vocês estão produzindo algum termo, algum pacto das duas instituições para ampliar isso, ampliar a estimulação nos bebês da cidade? Tem um número X que vocês querem atingir? Tem uma meta? Eu sei que imediatamente a gente nunca faz nada, mas ter uma programação, uma previsão, porque isso aí, a gente não vai ter aquele gargalo tão difícil lá no fundamental. A gente já vai ter crianças iniciadas em muitos ambientes, muitas socializações, muitas ambientações. Então, eu vejo que hoje a grande dificuldade da cidade não é só garantir vaga na educação infantil, mas também o sujeito na sua individualidade ser acolhido. É uma coisa que eu estou me preocupando bastante, então deixo as perguntas. Obrigado

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Antes, eu gostaria só de passar os trabalhos então ao vice-presidente Jonas Reis, que eu vou ter que dar uma saída até o banheiro.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isabel, não sei se tu quer? Posso iniciar?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pode falar.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Só para complementar a pergunta dele, porque nós temos o Certa, que atende 300 crianças hoje e a ideia seria propor ao Município a ampliação dos Certas em Porto Alegre para outras regiões e que atendam mais crianças. Porque mesmo que a gente consiga uma vaga, o que hoje é impossível, porque já temos 300 crianças sendo atendidas e não temos mais vagas neste momento, mas, se tivéssemos mais vagas nesse local, também seria difícil, porque as famílias residem muito longe desse centro e para elas ficaria muito difícil levarem as crianças a esse local. Então seria já uma proposição para que o Município então se organizasse nesse sentido de abrir mais Certas no Município.

SRA. CINTIA DOS SANTOS COSTA: Em relação ao Certa, Andreia, eu vou chamar a Geórgia, aqui, acho que a Gê tem mais propriedade para te responder, mas em relação à pergunta do vereador, eu vou só reforçar e revalidar o que eu falei anteriormente. A unidade de saúde, ela é porta de entrada para esse tipo de atendimento. Então, a gente entende que é importante capacitar o profissional que vai fazer essa orientação de cuidado e vai ser responsável por esse cuidado dessa criança até que ela tenha os atendimentos individualizados que ela precisa. A criança não pode ficar 300 dias, 600 dias na fila de espera, sem ter esse respaldo do profissional de saúde da Atenção Primária que vai minimamente fazer aquele manejo, enquanto profissional de saúde. Então, nesse sentido, a gente tem realizado capacitações já no ano passado, inclusive,

nesta Casa. A gente fez essas capacitações por três dias, foi uma capacitação de 8 horas, com os nossos profissionais de saúde a respeito do desenvolvimento infantil. Além disso, também foi feita compra de um kitzinho, a gente tem até matéria dentro ali do saudepoa, se vocês tiverem mais interesse, depois eu posso compartilhar. Ele é um *kit* comprado para que possa estar dentro do consultório do pediatra, quando ele for fazer puericultura, e aí ele vai enxergar como é que a criança está se relacionando com aqueles objetos e vai ser capacitado sobre o que ele precisa observar naquela criança, desde a consulta de puericultura, desde a consulta de binômio, que precisa acontecer até o quinto dia depois que a criança sai da maternidade e que tem o monitoramento. Todas as crianças que nascem nas maternidades, nas cinco maternidades SUS, a gente monitora. Então, essas crianças, elas são encaminhadas para a unidade de saúde, elas precisam ter as suas consultas realizadas ali nos cinco primeiros dias e, quando não ocorre, a gente tenta fazer busca ativa. Também queria validar daí, no que diz respeito à minha área de atuação, que, de novo, vou reforçar aqui, já falei, a questão do aleitamento materno que importa e importa muito para o desenvolvimento dessa criança. A gente tem diversos autores que estudam a questão dos mil dias. Tem alguns autores que hoje falam inclusive em mil e cem dias, que é o quê? O que são esses mil dias? É a soma dos nove meses de gestação, mais os dois anos do primeiro desenvolvimento da criança, em que a gente está entendendo que vários estímulos positivos ou negativos estão relacionados às questões de desenvolvimento plástico das células daquele corpo humano, que está começando seu desenvolvimento e tem relação com desfechos positivos ou negativos no futuro. Inclusive, a gente tem estudos que falam que o aumento do aleitamento materno, inclusive, 30 anos depois que a criança nasceu, essas crianças que foram aleitadas por mais tempo têm maior QI, maior renda, maior rendimento na escola, e isso é de um estudo feito aqui em Pelotas, então, com crianças gaúchas. Acho que nesse sentido, acho que me coloco à disposição, se tu ainda tiveres mais dúvidas, mas acho que respondo tua pergunta. Isabel, de repente, tu me complementas até que a Geórgia possa falar... (Inaudível.)

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Deixa eu só antes chamar o professor Anderson e aí daí passo o final para vocês, fica mais fácil. O professor Anderson Gonçalves, professor da SIR da EMEF Gilberto Jorge, está com a palavra.

SR. ANDERSON LUIZ FERNANDES GONÇALVES: Boa tarde a todas e todos, sou professor da escola Gilberto Jorge, vou fazer uma autodescrição. (Procede à autodescrição.) Primeiro, saúdo a Mesa no nome do Ver. Jonas, dessa iniciativa, justamente nesta data de hoje, uma iniciativa importante para poder fazer esta discussão, eu só senti falta das pessoas com deficiência. Foi importante a discussão das entidades, das famílias, mas senti falta das pessoas falando em próprio nome. Eu fui provocado em falar numa questão que a gente está discutindo muito; as questões do dos monitores da ABESS que está entrando, mas a gente acaba não discutindo algo que a Rosele trouxe na fala dela, que é uma política de inclusão. Como foi bem falado por quem me antecedeu, Porto Alegre é pioneira na produção de um trabalho que hoje se chama AEE. Há mais ou menos 30 anos, se começou esse trabalho aqui e foi uma construção dos profissionais, e ainda hoje tem se mantido a qualidade desse trabalho. No entanto, nos últimos anos, a discussão de uma política de inclusão foi perdida, e nós estamos nos reduzindo – reduzindo talvez não seja a palavra mais correta –, nós estamos nos focando numa discussão que é ter ou não ter monitor, ter ou não ter estrutura, e não discutimos uma política de inclusão. Uma política de inclusão ela perpassa inclusive o que a ABESS vai fazer nas escolas, porque a entidade está chegando nas escolas com toda a boa vontade ou com todo um planejamento, mas não está dialogando com a discussão na escola, e não está dialogando não porque as escolas não tenham uma discussão, mas porque a própria rede não tem uma discussão sobre a educação inclusiva, isso foi abandonado ao longo dos anos. Na sexta-feira, eu fiz 25 anos de rede, o meu concurso é para educação especial, então há 25 anos eu trabalho na educação especial dessa rede. Nos últimos anos, nós tivemos uma reformulação de profissionais da rede muito forte – eu me atrevo a dizer

que uns 70% da rede. Eu só encontro meus colegas hoje aposentados, como a Rosele – os colegas de quando eu entrei. Nesses últimos anos nós não fizemos uma discussão a fundo sobre os processos de inclusão, nós não criamos protocolos, não criamos documentos da nossa própria rede que possam dizer o que essa rede entende como educação inclusiva, senão a gente acaba numa discussão que a inclusão escolar é algo pronto ou é uma coisa, mas, na verdade, são várias coisas, e a gente precisa retomar essa discussão.

Eu acho que esta Casa tem um papel bastante importante, visto que a gente vai voltar a discutir o Plano Municipal de Educação e esse talvez precise ser um eixo muito importante nessa discussão, para que daqui a pouco a gente não caia novamente nessa discussão “ter ou não ter monitores”, “ quantos monitores é preciso” ou se é necessário fazer alguns acordos com o Ministério Público ou com a Defensoria Pública no sentido de quem a gente vai colocar onde, e sim uma discussão de como a gente espera que a educação possa ser produzida nesta cidade, aí perpassa no debate que teremos no ano que vem. Agradeço a oportunidade, o espaço e que tenhamos outros espaços para isso. Obrigado.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigado, professor Anderson. Passo a palavra à professora Izabel.

SRA. IZABEL BRUM ABIANNA: Ver. Jonas, hoje, em Porto Alegre, o nosso déficit de vagas reside exatamente no zero a três anos. Na educação infantil, na pré-escola, nós temos algumas escolas que inclusive têm vagas por ser de meio turno, então a gente ainda tem nas EMEFs, tentamos redirecionar, às vezes fica longe das residências, por conta disso a gente está fazendo um estudo para o Vou à Escola – que hoje existe para o ensino fundamental –, para a gente trazer essa proposta para a educação infantil, para as mães poderem levar onde tem essa vaga disponível enquanto não se consegue uma ampliação maior. Este ano já estamos com um novo edital com OSCs, inclusive com 30 novas instituições que estão se credenciando, porque tem todo um processo, e a ideia é poder ampliar as vagas, atendendo do zero a três anos, que hoje é o nosso déficit

maior. Temos o programa Primeira Infância Melhor – PIM, que é da saúde, onde temos professores que atuam também nesse programa e que fazem o atendimento às crianças nas suas residências. Há 20 anos é um programa muito antigo, muito eficaz e que vai dando conta dessas questões de manejo dentro de casa, de orientações para a família, e temos professores engajados nesse programa também em parceria com a saúde. A ideia, sim, é que criança na escola sempre é a melhor alternativa para o desenvolvimento, e estamos trabalhando nessa ampliação de vagas, que é um desafio bastante grande, considerando o pós-pandemia, a questão de financeira das famílias que abriram mão das instituições particulares e vêm para o serviço público, muito em função do fechamento da educação infantil de toda a rede estadual, de um ano para o outro simplesmente não houve mais oferta, então isso ampliou significativamente essa demanda, e nós estamos tentando combater com as OSCs, com a construção de novas escolas e com um edital com escolas privadas, fazendo esses ajustes que tu trazes, Andreia, de manutenção desse aluno até o final do ano letivo ou pelo menos até uma transferência, e não simplesmente não querer mais o estudante, a criança na instituição. Esses ajustes do novo edital que está saindo também para credenciar a rede privada para nos ajudar nessa demanda que é muito grande.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): A Geórgia está com a palavra.

SRA. GEÓRGIA VOLKMER: Boa tarde, sou assistente social da área técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência. (Procede à autodescrição.)

A respeito do Certa e de toda a demanda reprimida em relação à reabilitação intelectual: me chegam diariamente muitos processos, muitos SEIs solicitando não só judicialmente, mas através de ouvidoria, através mesmo de outros órgãos, até mesmo de *e-mails* de algumas mães procurando atendimento. O caminho é aquele que a gente já conhece: a unidade de saúde que encaminha para a especialidade de reabilitação intelectual e/ou qualquer outra reabilitação. Estamos falando de inclusão de toda a forma, mas o que mais está apertando é

realmente reabilitação intelectual, porque o número de atendimentos não está de acordo, ainda mais por essa pós-pandemia e a questão toda das pessoas com autismo. O que acontece, então, é que temos os CERs que são os Centros Especializados em Reabilitação, que é uma proposta do Ministério da Saúde, só que essa habilitação passa pelo Ministério da Saúde, passa pelo nível estadual, e eles têm um tempo de demora para essa habilitação, para habilitar novos centros. Fiz todo um levantamento para a minha área, levei e apresentei para o nosso secretário o número altíssimo, já estamos com cerca de 3.000, mais ou menos, pessoas na fila de espera para reabilitação intelectual. Dentro desses, 800 para o Certa. O CER Santa Ana também atende, só que também está com o seu número limitado, por quê? A reabilitação intelectual é uma porta de entrada, e dificilmente tem uma porta de saída, esse gargalo da saída; não adianta fazer um mutirão, porque não é um atendimento, ou dois, ou três, nós estamos falando de alguma coisa de pelo menos dois anos, e é uma alta que a gente tem que dar para algum lugar, a gente tem que passar esse cuidado para algum outro lugar que também é outro gargalo. Normalmente, em cada fase, ainda mais da infância, da adolescência, é difícil dar essa alta. Então tem um número certo de vagas, e não conseguem entrar novos, o que nos resta é tentar abrir novas vagas, e inclusive tem uma questão financeira nisso.

Em cima disso, a gente fez todo um levantamento do número de processos que a gente vem recebendo, porque isso acarreta também a repercussão financeira para a Prefeitura, de forma geral, onde se tem essa compra de vagas. Aí me dei por conta que estava comprando e esse número estava... Porque geralmente, o que acontece? É para três áreas específicas: a psicologia, terapia ocupacional e fono. Muitas vezes tem outras áreas, eu sou, como eu digo, a área técnica, a parte chata, que tem que avaliar cada caso, a gente tem que ver exatamente a procedência no sentido de onde vem essa indicação, porque eu fico muito atenta à questão do ato médico, porque a gente tem que ver que um médico que viu uma única vez uma única criança ele não pode determinar quantas sessões de psico, quantas sessões de TO, a terapia ocupacional, aquela criança vai ter. É o profissional que tem que dizer isso, e aí que barra um pouco, demora ainda um

pouco mais. Mas em cima desses vários, a gente fez um grupo de trabalho, desde dezembro estamos trabalhando com números, com valores, chegamos ao término, a gente fez muitos orçamentos, porque a ideia é, em cima disso, em cima dos gastos que já se está tendo, o que a gente pode fazer com isso? Abrir novos SERs demora muito, e a gente já está com um gasto muito significativo. O que mais a gente poderia fazer? Outro Certa. Então a gente tinha que apontar tecnicamente a viabilidade disso. Para abrir outro Certa, neste momento, também... Um Certa já demorou quase dois anos – estava falando hoje de manhã ainda com o Dr. Alceu –, teve um tempo de demora, e ainda vai ter o Certa Mais, que ainda nem foi aberto, provavelmente só em 2025, também por questões econômicas. Esses apontamentos nos levaram a: bom, vamos fazer o quê? Credenciamento. A gente precisava ter noção de valores, de orçamentos, de como fazer, então, a gente fez toda uma construção de o que seria prioridade, que tipos de atendimentos, qual era a priorização nos atendimentos; uma média de quantas horas, de duas a três vezes na semana para cada. E chegou se também a um valor muito alto então voltamos àquela parte, em cima de todo esse estudo que demorou dois, três meses para a gente poder fazer isso. Bom, em cima disso, o que a gente faz? Porque chegou, eu acho, que no limite também até das judicializações, não existe essa vaga. Então a gente está nesse processo de saber como é que a gente faz, o que está valendo a pena neste momento? Porque tem toda a repercussão financeira, que a gente também não pode.... É importante, é claro, o Município tem as suas obrigações, mas também tem a questão dos cofinanciamentos do Estado e da União. Então como é que a gente vai fazer esse rearranjo e conseguir dar conta de tudo isso. Com certeza, já está na nossa pauta, é uma preocupação, é uma das causas que me deixa sem sono muitas vezes, porque é diário. Eu brinco assim: que, para mim, é um sofrimento muito grande ver esse número de crianças precisando. Penso no tempo de espera que chega de dois a três anos. Nesses dois a três anos, muitas vezes, quando a criança é pequena, a questão da estimulação precoce já passou esse *gap*, e o que a gente precisa fazer? Eu digo: não adianta mais, esse é o inicial. O que nos ajudou bastante foi a questão do que a Cíntia estava nos

falando sobre a questão da capacitação nas unidades de saúde. O que é estimulação precoce, como fazer? Claro que nós não estamos falando em nível especializado, mas é algo que já se pode. A gente brinca que já é um caminho que nos aponta, e essa estimulação precoce, nos ajuda muito, porque a unidade de saúde já pode fazer e já está fazendo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, obrigado a todas e todos constroem as políticas públicas principalmente os servidores, servidoras públicas que se dedicam, fazem concurso, se empenham para poderem prestar a sua profissionalidade à população. A gente sabe que a população tem anseios, tem desejos e tem direitos; é um direito constitucional a inclusão real. Nós, infelizmente, vemos muitos governos – como o governo Melo – optarem pelo asfalto. Aumentou de 50 milhões para 150 milhões o asfalto, mas não vejo esse aumento para a educação inclusiva; não vi esse aumento na área da saúde. Então são escolhas políticas. Infelizmente, o Brasil vive de escolhas políticas, a democracia permite isso. É um teste de quatro em quatro anos, às vezes, de dois em dois, mas é a população que decide, que escolhe, que observa, que analisa. O nosso debate aqui na Comissão é ouvi-los, é entender como está a situação, o que é preciso avançar para a população. Eu digo para vocês que a Câmara é um universo à parte, é muito distante das pessoas, é aqui no Centro. As pessoas não vêm, algumas pessoas assistem pela televisão; as que não têm televisão com a TVCâmara não assistem, como debate de hoje. O debate de hoje é restrito, vai ficar *online*, mas quantas pessoas vão assistir? Evidentemente que o governo não vai distribuir o *link* do *Youtube* desse debate *online*, não vai mandar para as escolas, não vai mandar para as famílias, e tem o telefone de todo mundo. Para que as pessoas tenham informação do que vocês falaram, do que é direito, do que é meta; vocês da Abes que estão lá nas escolas; o pessoal, que é da direção; os professores de SIR, acho que falta as pessoas acessarem a informação. Porque, infelizmente, muitos sequestram a informação e trabalham em cima da informação subjugando pessoas e cerceando direitos porque, quando o cidadão não sabe do seu direito, ele não reivindica, basta ver

crianças de quatro, cinco anos fora das escolas em Porto Alegre; uma demanda de 11.000 vagas, isso é escandaloso. A gente vê que sobra opção para os gestores que não têm compromisso com a educação. Se tu não tens o compromisso primevo com a educação, tu não vais botar dinheiro nela, e é o que acontece hoje com apenas 16 % na educação, quando o mínimo constitucional é 25%. Tu tens que respeitar os 25; então tu não respeitas os 25, e o Brasil não tem uma lei que puna. Sinceramente o Brasil tinha que ter uma lei que punisse: se tu não cumpres o mínimo constitucional, sai do cargo, por que o mínimo é tu cumpres isso, depois é outra história, depois tu vês como vai fazer outro movimento, outra política pública. Mas, se está ali, se foi feita, em 1988, uma constituição que diz um percentual para a saúde, um percentual para a educação, se tu não cumpres isso, qual é a lei que vale? Para que Supremo Tribunal Federal então? Para que salário de 11 ministros, assessores e tudo, se a constitucionalidade não é respeitada. Aqui não falo só de Porto Alegre, é uma vergonha; nós tamos com 35 municípios no Rio Grande do Sul que não respeitam o mínimo constitucional. Vai ali à Santa Rosa também, é umas uma região rica vende soja, exporta – nem produz alimento para nós do Brasil, exporta – tem dinheiro e não respeita o mínimo constitucional da educação. Tu vens a Porto Alegre que tem um orçamento de R\$ 11 bilhões, tem neste momento R\$ 1 bilhão parado no caixa e não respeita o mínimo constitucional da educação. Nós estamos disputando monitores, estamos aqui brigando, na verdade, neste momento, porque precisamos de 90 monitores e não temos; foram nomeados e desnomeados. E mais, como diz a diretora...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Tu vais ter que falar de novo no microfone porque senão o pessoal não registra e não fica nas notas taquigráficas.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Só queria dizer que a gente tem aqui em Porto Alegre – nós fomos visitar as escolas e nós temos turmas de

berçário fechadas. Então são vagas que supostamente estão sendo atendidas pelo Município, mas não está sendo prestado o serviço. Isso é mais grave ainda porque a gente fala de um número de “x” de falta de vagas, mas essas crianças estão lá e não estão sendo atendidas. Berçários, maternais com meio período, tudo isso está acontecendo na rede, a gente precisa dar conta de resolver.

VEREADOR JONAS REIS (PT): E tem um outro debate que não foi feito aqui, mas acho que precisa ser feito de pormenor, a corda arrebenta do lado mais fraco. Dentro da escola é para os profissionais que estão lá, sejam eles concursados, terceirizados, enfim. Muitas crianças em adaptação e interação, às vezes, não se consegue avançar nisso, porque é um professor para vários, e as mães reclamam com razão. Chegam para nós aqui na Câmara: “Ah, mas o meu aluno está ficando 1h, 1h30min.” O direito dele é 4 horas, no mínimo, se ele está matriculado num turno. E, se ele está integral, é mais, esse é o direito, é para isso que o poder público está prevendo um valor. Se é baixo, nós temos que disputar, o orçamento é disputável, está em permanente disputa. Nós queremos mais para a educação, essa é uma disputa nacional. Agora, não é fácil, veja só o Congresso, os interesses que tem por trás no Congresso Nacional. No Congresso Nacional, quem manda são os deputados federais, que transformam tudo em emenda. O orçamento hoje do Executivo é tudo emenda, são eles que decidem e decidem o quê? Botar asfalto, que é onde tira foto. E tu vais e descobres que, lá nos rincões do Brasil, tem a fazenda do fulano que tem asfalto na entrada da fazenda do fulano. Os trabalhadores da fazenda não têm uma escola, não tem inclusão; tem uma criança com deficiência lá e não acessa, de fato, o direito à educação em patamar de igualdade com os demais. Porque essa inversão de valores, esse problema da política nacional, que é patrimonialista, é personificada, é nas pessoas, não é nos partidos. A pior coisa que tem hoje é a pessoa dizer assim: “Ah, eu voto na pessoa, não voto no partido”. Nós temos que discutir isso também no Brasil, o que é a política pública, o que é a democracia, o que é a participação, o que é o dinheiro público. Esse é o grande debate que a gente não faz, e que a educação pode fazer. Graças à

luta histórica dos educadores, das comunidades escolares, não existe mordação. Tem gente que quer colocar mordação, mas tem que ser feito esse debate do direito de o cidadão reivindicar. Eu digo para vocês que a Câmara deveria receber muito mais visitas de cidadãs, cidadãos; pressionar os vereadores, ainda mais em ano eleitoral, a pressão é enorme, muita coisa aconteceria. Eu digo para vocês sem nenhum problema: nós deveríamos colocar muito menos asfalto e muito mais professores dentro de escolas; nós não estaríamos agora entrando em abril sem professor, sem monitor. A gente cobra inclusão, cobra o processo real; sem profissionais, que é o mínimo, não vai acontecer. Então, agradeço, em nome dos demais vereadores, o trabalho de todos vocês, da Defensoria, da Saúde, da Educação, o pessoal da gestão do governo Melo, que estava aqui antes. Sem os servidores públicos, sem vocês não têm como acontecer política pública. O pouco que temos está acontecendo porque tem pessoas com responsabilidade cívica, responsabilidade com a constituição, com os direitos, e é isso aí que faz as pessoas acreditarem. Então graças a vocês que muita coisa boa acontece e vai continuar acontecendo, e têm que continuar pressionando o poder público, disputar orçamento; essa é a batalha. Obrigado, e nos vemos na próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h48min.)